

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Ninguém para além do Governo defende o TGV, já!

«Encargos extremamente pesados para as gerações vindouras que o Portugal Futuro teria de suportar»



Destaques:

A nossa Presidente recebida em Santarém com entusiasmo e felicitações pela vitória nas europeias

Em “Actividades da Presidência e PSD”

Portugueses “preferem um discurso político que fale verdade”

Em “Declarações de Rui Rio, na reunião da CPN”

A dimensão do desemprego: 680.000 declaram-se desempregados

Em “Lido & anotado esta semana”



Ninguém - para além do Governo defende o TGV, já!



O PSD, na voz da nossa Presidente, afirmou na segunda-feira que “não vê ninguém” para além do Governo a defender a construção do TGV e considerou que o eventual avanço do projecto “é um bom tema para a decisão dos portugueses” nas eleições.

“É uma decisão altamente polémica, neste momento não vejo ninguém para além dos membros do Governo que a defendam, tanto a sociedade civil, como os políticos, como os economistas, todos estão contra esta decisão pelos encargos extremamente pesados para as gerações futuras, que o país com dificuldade suportará”, afirmou a presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite.

“Neste preciso momento, mesmo que isso [a construção do TGV] fosse algo de muito importante, dada a situação de crise, ninguém consegue defendê-lo, portanto no mínimo havia que suspender [o projecto] dada a situação de crise em que nos encontramos”, acrescentou a líder social-democrata, no final de uma audiência com o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, depois de questionada pelos jornalistas sobre o colóquio sobre Alta Velocidade que hoje teve lugar no Parlamento e onde esteve o ministro das Obras Públicas, Mário Lino.

Para a presidente do PSD, o tema do TGV “é um bom tema para a decisão dos portugueses” nas próximas eleições e deve ser o próximo Governo a tomar “essas decisões”.

“Pelo facto de ser uma decisão tão polémica não é possível de ser tomada a dois meses ou três das eleições, quem ganhar as eleições tomará essas decisões e até é um bom tema para a decisão dos portugueses, saber afinal quem defende esse tipo de projectos, esse tipo de decisões futuras”, defendeu Manuela Ferreira Leite.

Instada pelos jornalistas a especificar se o PSD é contra o TGV ou defende o seu adiamento, Ferreira Leite referiu que “a primeira coisa seguramente é adiar”.

“Neste momento é impossível avançar [com o projecto de construção], e

depois [é necessário] uma análise muito profunda sobre os encargos que isso tem no futuro”, afirmou.

Já sobre a eventualidade de Portugal ter de devolver alguns dos fundos comunitários caso não os utilize dentro do prazo estipulado, a antiga ministra das Finanças considerou ser possível “renegociar” com a Comissão Europeia (CE) e que mesmo que tal não acontecesse, o montante que o país iria despendar com o projecto seria “muito superior”.

“Tenho alguma experiência, de quando estive no Governo, de renegociação com a CE sobre os destinos dos diferentes fundos e portanto, num momento em que a CE está muito aberta a fazer alterações aos destinos dos diferentes fundos evidentemente que há que renegociar as alterações (...) mas mesmo que não houvesse essa possibilidade, eu diria que nesses casos era necessário fazer o cálculo de quanto dinheiro seria devolvido e de quanto o país tem de pagar se os projectos fossem para diante e estou absolutamente convicta que o saldo é muito superior”, concluiu.

Sindicato dos Magistrados do Ministério Público congratula-se com o apoio do PSD aos princípios de autonomia e independência

O presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) afirmou na segunda-feira, após um encontro com a Presidente do PSD, na Sede Nacional social-democrata, “perceber bem o que é isso de pôr o Ministério Público na ordem” e congratulou-se por o PSD reafirmar os princípios de autonomia e independência do MP.

As declarações do presidente do SMMP, João Palma, foram feitas hoje no final de um encontro da direcção do sindicato com a presidente do Partido Social-Democrata (PSD), Manuela Ferreira Leite, na sede do partido, em Lisboa.

“Reafirmar os princípios [de autonomia e independência, por parte do PSD] é para nós tranquilizador, numa altura em que algumas forças no país questionam essa autonomia e teimam querer pôr o Ministério Público (MP) na ordem, sendo que nós não percebemos bem o que é isso de pôr o MP na ordem ou em função de uma determinada ordem”, declarou João Palma aos jornalistas.

A reafirmação destes princípios pelo PSD deixou João Palma mais tranquilo, considerando-a mesmo “fundamental”, sobretudo “numa fase em que se avizinhavam eleições, sendo que a futura Assembleia da República [saída das próximas eleições legislativas] terá, além do mais, poderes de revisão constitucional”.

João Palma sublinhou que a isenção do MP e dos tribunais não é um privilégio dos magistrados, mas dos cidadãos por “saberem que existe um MP que não se deixa condicionar ou conduzir externamente”, independente de qualquer

executivo, deste ou de outros governos.

A autonomia e a independência do MP estiveram no centro da conversa que o presidente do SMMP manteve com Manuela Ferreira Leite, num encontro em que se discutiram “as questões mais importantes da Justiça portuguesa neste momento”.

No final da reunião, a Presidente social-democrata referiu apenas que a conversa serviu, para além de dar a conhecer a direcção recém-eleita do SMMP, para discutir “preocupações com acessibilidade e eficácia da Justiça”.

O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, disse ao Expresso de sábado passado: “Não desisto de mudar o MP, é preciso um novo estatuto, mas não o vou apresentar com eleições à porta. O que vou propor ao novo Governo, seja qual for, é que tem de ficar claro que o procurador-geral é o vértice da estrutura e que a hierarquia deve existir em todos os escalões”.

Atitude «insólita» dos serviços do PM, após o encontro com a Presidente do PSD. Que se passou?

O dirigente social-democrata José Luís Arnaut afirmou na segunda-feira, que o PSD não prestou declarações aos jornalistas após a audiência com o primeiro-ministro em São Bento porque foi «encaminhado pelos serviços para a porta da saída».

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, o vice-presidente do PSD José Pedro Aguiar Branco e o responsável pelas relações internacionais deste partido, José Luís Arnaut, foram recebidos na segunda-feira, na residência oficial do primeiro-ministro, no Palácio de São Bento, a propósito do Conselho Europeu de quinta e sexta-feira.

No final do encontro, a delegação





do PSD não prestou as habituais declarações aos jornalistas, porque - declarou Arnaut à Informação - “Contrariamente ao que aconteceu outras vezes, não fomos convidados a falar aos jornalistas nem encaminhados para a sala de imprensa. Encaminharam-nos para a porta da saída”.

“Quando acabámos a audiência com o senhor primeiro-ministro, os serviços do gabinete do primeiro-ministro não nos convidaram a ir à sala de imprensa, tendo a delegação do PSD sido encaminhada para a saída do Palácio”, relatou.

“Não nos foi perguntado se queríamos fazer declarações. Não estava ninguém do gabinete de imprensa do primeiro-ministro. Deduzimos que não havia jornalistas”, acrescentou José Luís Arnaut.

De acordo com o dirigente social-democrata, a porta da sala onde habitualmente são feitas as declarações à comunicação social “estava fechada” quando a delegação do PSD passou.

“Quando se está em casa de alguém não se entra nas salas para as quais não se é convidado. Poderia haver uma decisão de não haver declarações à imprensa hoje por parte de nenhuma delegação”, argumentou, sublinhando: “Apontaram-nos a porta da rua...”.

O ex-ministro adjunto do primeiro-ministro Durão Barroso e antigo secretário-geral do PSD reiterou que o procedimento de hoje por parte dos serviços de São Bento contrariou o das vezes anteriores.

“Das outras vezes que aqui viemos, fomos sempre convidados a falar aos jornalistas na sala de imprensa após a audiência, o que não aconteceu desta vez. Não nos sendo sequer dito que havia jornalistas, e encaminhados para a saída, saímos”, afirmou.

«Desculpas de mau pagador...»

Questionada pela agência Lusa, fonte do gabinete de imprensa do primeiro-ministro, José Sócrates, considerou que “deve ter havido algum mal entendido” e referiu que “o PSD sabe que existe uma sala própria para os líderes falarem com a comunicação social”. Segundo a mesma fonte, a funcionária que acompanhou a delegação social-democrata “não estranhou” a saída da líder do PSD sem passagem pela sala dos jornalistas “porque já não é a primeira vez que acontece [Manuela Ferreira Leite] não querer falar”.

A nossa Presidente recebida em Santarém com entusiasmo e felicitações pela vitória nas europeias

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, visitou hoje durante mais de uma hora e meia a Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, onde foi recebida com palmas e saudada pela vitória nas eleições europeias.

Questionada pelos jornalistas, a meio da visita, sobre se tinha sido contactada pelo Presidente da República, Cavaco Silva, ou pelo primeiro-ministro, José Sócrates, na sequência da vitória do PSD nas eleições europeias, Manuela Ferreira Leite respondeu que não.



Por outro lado, a presidente do PSD afirmou aos jornalistas que, na sua opinião, a campanha para as eleições legislativas “não começa hoje”.

“Começou já há muito tempo a campanha para devolver a Portugal as condições que eu considero essenciais para que Portugal melhore. É uma acção que se iniciou já há muito tempo, que se mantém, que não tem interrupções e que vai continuar”, considerou.

A presidente do PSD reiterou a ideia, sobre a decisão governamental de avançar já com o TGV, de que “não há nenhum Governo que tenha legitimidade para, a dois meses de eleições, tomar decisões em relação às quais a sociedade portuguesa está profundamente dividida e que têm implicações no futuro muitíssimo gravosas”.

“Evidentemente que o resultado das eleições reforça esta minha ideia, mas antes disso já eu dizia o mesmo”, sublinhou.

Manuela Ferreira Leite chegou ao Centro Nacional de Exposições de Santarém às 18 horas, acompanhada pelo vice-presidente do PSD José Pedro Aguiar Branco.

Aguardavam-na centenas de populares e cerca de tres dezenas de entidades locais e nacionais de 30 pessoas, entre as quais o presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), João Machado, o secretário-geral da CAP, Luís Mira, e o deputado do PSD eleito por Santarém, Miguel Relvas.

A presidente do PSD foi recebida com palmas e vivas e durante a visita foi abordada por muitas pessoas que a quiseram

abraçar, cumprimentar e felicitar pela vitória nas eleições europeias.

Enquanto Ferreira Leite se preparava para falar aos jornalistas e mudava de posição para evitar o vento que dificultava a recepção dos microfones, Aguiar Branco fez alusão à nova situação do partido, observando: “Embora o vento esteja a soprar de feição, é melhor controlar o vento”.

Aguiar Branco em Celorico de Basto comenta os resultados das Europeias

O vice-presidente do PSD, Aguiar Branco, disse no dia 13, em Celorico de Basto, que a vitória social-democrata nas Eleições Europeias foi a resposta aos que achavam que o partido ia acabar.

“Quando muitos achavam que o partido estava em vias de extinção, nós todos unidos demonstrámos ao PS que o PSD não acabou e vai ganhar as próximas eleições”, afirmou Aguiar Branco.

O vice-presidente social-democrata, que falava na apresentação de Joaquim Mota e Silva como candidato à Câmara de Celorico de Basto, pediu aos portugueses “uma dobradinha”, confiando na vitória ao PSD nas próximas eleições legislativas e autárquicas.

Aguiar Branco disse que Portugal “precisa de mudar”, criticando o PS por “se ter servido da crise internacional para justificar os falhanços da governação”.

Para o vice-presidente social-democrata, “graças ao governo de José Sócrates, os portugueses ficaram mais pobres”.

“O PS prometeu 150 mil novos empregos, mas criou mais 150 mil novos desempregados”, enfatizou, acusando ainda o Governo de ter posto “os portugueses uns contra os outros”.

“Parece que não há ninguém que sirva para este PS. Este Governo vive zangado com toda esta gente: juízes, funcionários públicos, pequenos e médios comerciantes”, afirmou.

Acusou também os socialistas de “não serem sérios, por confundirem os interesses do partido com os interesses do Estado”.

Aguiar Branco lembrou, a propósito, as imagens com alunos numa escola pública, “feitas à custa dos impostos dos portugueses e exibidas num tempo de antena do PS”.

Censurou ainda os socialistas por terem apresentado nas europeias candidatos que, “como quem procura emprego”, ora se candidatam à Europa, ora às autarquias”.

Em consonância com a Presidente, Frasquilho defende adiamento (e não saída definitiva) do projecto TGV



O presidente da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Miguel Frasquilho, do Partido Social-Democrata, levantou no dia 15 a possibilidade do projecto de alta velocidade ser adiado, devido à situação económica e orçamental do país.

O deputado do PSD, que falava na abertura do colóquio Alta Velocidade em Portugal, que decorre no Parlamento, disse que “Portugal deve fazer tudo para não ficar de fora de um projecto desta dimensão”, mas alertou para a importância de analisar os prazos da sua execução e o investimento.

Afirmando que as condições económicas são hoje “muito diferentes das de 2003”, quando o plano para a rede ferroviária de alta velocidade foi definido, Miguel Frasquilho questionou a necessidade de avançar com este projecto “numa altura em que a crise internacional e a crise interna têm efeitos devastadores sobre a economia”.

Frasquilho levantou assim a hipótese de adiar a concretização da rede ferroviária de alta velocidade, à semelhança do



que aconteceu em 2005.

“O plano para a rede ibérica de alta velocidade foi adiado na Cimeira de Évora, em Novembro de 2005, a pedido de Portugal, quando o primeiro-ministro, José Sócrates, alegou dificuldades orçamentais”, disse Miguel Frasquilho.

“Então isso [adiamento] pode acontecer em 2005 e não pode em 2009, quando a situação económica e orçamental do país em pior e as perspectivas não são propriamente as mais animadoras?”, questionou.

Segundo o deputado do PSD, em 2005 o défice público foi situado pelos socialistas (uma quantificação ainda hoje muito controversa) em 6,1 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e a dívida pública em 63,6 por cento. Frasquilho afirmou que, “quer em 2009, quer em 2010, o défice estará certamente acima desse valor e a dívida pública vai aproximar-se perigosamente de mais de 80 por cento do PIB”.

CPN considera que a vitória nas europeias demonstra que os Portugueses preferem um discurso de verdade”

A Comissão Política Nacional social-democrata considerou que a vitória do PSD nas eleições europeias de domingo demonstra que os portugueses “preferem um discurso político que fale verdade” e “uma campanha pela positiva”.

A análise feita pela Comissão Política Nacional social-democrata sobre os resultados das eleições europeias foi transmitida aos jornalistas pelo vice-presidente do PSD Rui Rio, em conferência de imprensa, na sede nacional deste partido.

Questionado sobre a decisão do Governo no sentido de não haver “envolvimento do Estado” no processo de capitalização do Banco Privado Português (BPP), Rui Rio respondeu que a Comissão Política Nacional do PSD não discutiu essa matéria e escusou-se a dar a sua posição pessoal.

“Não estou aqui para dar posições pessoais. Eu estou aqui a falar em nome da Comissão Política Nacional e a Co-

missão Política Nacional não debateu esse tema hoje”, declarou aos jornalistas.

Quanto aos resultados das eleições europeias, Rui Rio disse que a direcção do PSD entende que estes demonstram “que os portugueses não só preferem um discurso político de verdade e que vá de encontro às suas reais preocupações, como rejeitam liminarmente uma campanha com base na insinuação tal como a que foi levada a cabo pelo PS e pelos seus candidatos”.

“Vale a pena uma campanha pela positiva tal como fez o PSD”, acrescentou.

Ainda segundo Rui Rio, os resultados das europeias revelam “uma clara perda de confiança dos portugueses no PS por força de uma governação que se tem revelado completamente desadequada às necessidades do país. A falta de con-

fiança revelada quanto ao PS tem como contraponto a confiança depositada pelo eleitorado no PSD”.

O dirigente social-democrata reiterou a ideia de que “o PSD é hoje, ainda mais claramente, a única alternativa de Governo em Portugal”.

O PSD declarou também, pela voz de Rui Rio, que pretende que a lei do financiamento dos partidos reúna o maior consenso possível com os restantes partidos e com o Presidente da República.

Na mesma conferência de imprensa, Rui Rio remeteu para a negociação com os outros partidos a decisão sobre o momento de alteração da lei, se ainda nesta legislatura ou só na próxima.

Questionado sobre a posição da direcção social-democrata quanto ao momento para alterar a lei, Rui Rio respondeu: “O PSD irá articular com os outros partidos e vai-se ver então qual é a vontade mais ou menos generalizada quanto a essa matéria”.

A lei do financiamento dos partidos, “sendo uma matéria de regime, deve ser vista com ponderação e no maior dos consensos possíveis, não só com os outros partidos como inclusive também com o Presidente da República”, defendeu.

“É daquelas matérias claramente em que devemos procurar o consenso e não o confronto. E por isso temos demonstrado sempre abertura sobre essa matéria”, acrescentou o vice-presidente do PSD.

Rui Rio recordou que a presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, “quando a lei começou a sofrer contestação, demonstrou que não estava agarrada àquela solução e que tinha disponibilidade e toda a abertura para rever uma matéria que é de regime”.

Rui Rio afirmou também que “é muito difícil o PSD não votar a favor” de uma moção de censura ao Governo, mas ressaltou que é preciso ver o texto do CDS-PP.

Na conferência de imprensa, que

decorreu a meio da reunião da Comissão Política Nacional do PSD, Rui Rio afirmou que a direcção social-democrata debateu hoje a questão da moção de censura do CDS-PP ao Governo.

“Isso foi debatido, mas nós não temos a moção de censura na mão, portanto, não podemos decidir sem ter a moção de censura e sem ver a argumentação”, considerou.

Interrogado sobre qual é a posição de princípio do PSD, Rui Rio respondeu: “Apresentada uma moção de censura no Parlamento a este Governo, é muito difícil o PSD não votar a favor. Difícilmente haverá um texto que não nos deixe votar a favor”.

“De qualquer maneira, temos de ver o texto”, acrescentou.

Questionado sobre se no entender do PSD se justifica a apresentação de uma moção de censura ao Governo na sequência da derrota do PS nas eleições europeias, Rui Rio referiu que “o PSD não apresentou moção de censura”, enquanto o CDS-PP optou por apresentar e “está no seu legítimo direito”.

Nunca baixamos os braços!

O PSD tem novos cartazes na rua, com o lema “Nunca baixamos os braços”, que são praticamente os primeiros da pré-campanha para as eleições legislativas e que começaram a ser colocados no domingo da semana passada, à noite.

Contactado pela agência Lusa, o director de campanha do PSD, Agostinho Branquinho declarou que “os cartazes estavam impressos e distribuídos desde sábado” para serem afixados “logo na noite das eleições europeias, independentemente do resultado”.

“Tínhamos a expectativa de ganhar”, observou.

Agostinho Branquinho adiantou que foram distribuídos pelo país “cerca de três mil” cartazes, correspondentes ao





número de estruturas que o PSD tem montadas pelo país para os poder afixar.

O dirigente social-democrata assinou que os novos cartazes “só puderam começar a ser colocados depois das 20:00 horas de domingo, quando encerraram as urnas nos Açores”, substituindo os cartazes em cores variadas em que aparecia o cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias, Paulo Rangel.

Os novos cartazes do PSD têm um fundo branco e a expressão “Nunca baixamos os braços” destaca-se em letras cor-de-laranja.

Em baixo, aparece a mesma mão com os dedos em forma de “V” de verdade que se via nos anteriores cartazes e a morada da página do PSD na Internet comum aos três actos eleitorais deste ano: www.politicadeverdade.com

Segundo Agostinho Branquinho, “este é o primeiro cartaz da campanha para as legislativas”.

“O PSD definiu uma estratégia para todo o ciclo eleitoral e não apenas para umas eleições. As europeias foram uma parte deste percurso”, acrescentou.

Rangel defende que o processo do Provedor deve recomeçar “do zero”

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, defendeu no passado dia 9, que se deveria começar “do zero” o processo de escolha do Provedor de Justiça, tendo em conta que os candidatos anteriormente apresentados pelos partidos “foram rejeitados”.

Questionado pelos jornalistas no Parlamento sobre se o PSD voltará a propor a professora universitária Maria da Glória Garcia para o cargo de Provedor de Justiça, Paulo Rangel respondeu: “Julgo que

é uma questão que, neste momento, não se põe, do nosso ponto de vista”.

“Isto agora envolve um processo de conversações com todos os partidos e vamos ver. Nós julgamos, é a nossa opinião e têmo-la transmitido já a outros partidos, que se deveria reiniciar o processo do zero”, acrescentou.

Paulo Rangel admitiu que cada partido volte a apresentar um nome, considerando que isso “é perfeitamente possível”, mas insistiu que no entender do PSD “se deveria começar o processo do zero”.

“Os candidatos do processo anterior foram rejeitados. Acho que seria o natural”, disse.

Interrogado sobre se o PSD vai exigir ou não ser o partido a quem compete indicar o nome do Provedor de Justiça, Paulo Rangel respondeu que “nunca o PSD pôs as questões nesses termos exactamente assim”.

“Nós mantemos a mesma posição institucional de darmos uma solução altamente construtiva para a eleição do Provedor de Justiça”, concluiu.

Paulo Rangel, afirmou também que o PSD está disponível para alterar os aspectos da lei do financiamento dos partidos



contestados pelo Presidente da República, até porque esteve contra eles.

“O PSD nunca pretendeu que estas alterações que motivaram o veto do senhor Presidente da República fossem avante”, declarou Paulo Rangel aos jornalistas, no Parlamento.

Segundo o líder parlamentar “aceitou apenas isso em última instância, para garantir um consenso unânime, que achou que era uma coisa positiva, mas nunca foi a favor, pelo contrário, até foi contra isso”.

O líder parlamentar social-democrata referiu que PSD discordava de “duas matérias” do projecto de lei do financiamento dos partidos aprovado por unanimidade no Parlamento, mas não quis esclarecer quais os artigos a que se referia.

De acordo com o líder parlamentar social-democrata, o Presidente da República pôs em causa no seu veto “aspectos que, essencialmente, houve um partido que fez questão de os colocar, que foi o PCP” e que o PSD aceitou no pressuposto de que não permitiam “uma utilização perversa”.

“Uma vez que o senhor Presidente da República entende que é susceptível de gerar essa utilização disfuncional nós estamos perfeitamente disponíveis para alterar essa posição”, concluiu.

“As objecções que ele levanta correspondem a pontos de vista que o PSD defendeu nas negociações que teve com os partidos, o que não significa que no balanço global não estivesse de acordo com a lei e com a vontade de que ela fosse unânime”, reiterou o líder parlamentar do PSD.

“Numa matéria tão estruturante como esta, a unanimidade é importante”, considerou.

Paulo Rangel adiantou “o PSD vai reunir a sua Comissão e esta será uma

das matérias em exame”.

Reunião da CPN do PSD e Deputados Europeus eleitos

A Comissão Política Nacional social-democrata reuniu na terça-feira da semana passada, à tarde, para analisar os resultados das eleições europeias, que o PSD venceu com 31,7 por cento dos votos.

Antes, a presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, reuniu com os eurodeputados eleitos pela lista social-democrata.

O PSD elegeu nas europeias de domingo oito eurodeputados: Paulo Rangel, Carlos Coelho, Graça Carvalho, Mário David, Nuno Teixeira, Maria do Céu Patrão, Regina Bastos e José Manuel Fernandes.

O PSD venceu as europeias, com 31,7 por cento dos votos, com vantagem sobre o PS, que, com 26,6 por cento, ficou muito longe dos 44,5 por cento conquistados há cinco anos.

O Bloco de Esquerda foi outro dos vencedores da noite eleitoral, mais do que duplicando a votação conseguida em 2004 - de 4,9 por cento para perto de 11 por cento.

Apesar de passarem a quarta força política, atrás do BE, os comunistas também subiram no número de votos obtidos, passando de 9,1 por cento para 10,7 por cento, o que lhes permitiu manter os dois eurodeputados.

Também o CDS alcançou o objectivo de eleger dois eurodeputados e os 8,4 por cento dos votos, muito acima das previsões das sondagens, que mais uma vez se revelaram pouco fiáveis – lembre-se que que praticamente até ao fim davam a vitória ao PS, relativamente ao PSD. – Fontes: Lusa, TVI, TSF

Paulo Rangel em «Discurso Directo»

Uma grande entrevista ao cabeça-de-lista

Nasceu em Gaia, formou-se em Direito na Universidade Católica e tem 41 anos. Só há oito é que entrou para a política, e é militante do PSD há apenas quatro anos. Filiou-se depois de ter sido secretário de Estado-adjunto do ministro da Justiça, no Governo de Santana Lopes. Regressou à política activa com Manuela Ferreira Leite e mal aqueceu o lugar de líder parlamentar do PSD. Foi o vencedor das europeias.

P: Marcelo Rebelo de Sousa diz que há uma nova estrela no firmamento. Vê-se como uma estrela?

R: Não, de maneira nenhuma! Aliás, se me permite uma correcção, o grande vencedor das eleições é o PSD, não é Paulo Rangel.

P: Essa era a segunda pergunta: se não se sente, quem é o grande vencedor?

R: Pronto, então antecipei-me. Mas é o PSD que é o grande vencedor das eleições, e em particular a sua líder, Manuela Ferreira Leite, como aliás eu disse na própria noite eleitoral. Não sinto esse lado, digamos, de um contributo pessoal tão intenso quanto às vezes se tem dito.

P: ...Mas tem uma quota-parte nessa vitória.

R: É evidente que houve um empenho total da minha parte, e acho que conduzi bem quer a pré-campanha quer a campanha, e que isso há-de ter tido algum papel no resultado. Agora, isso foi essencialmente a consequência de uma estratégia que foi definida pela direcção nacional e, em particular, pela líder do partido. E tudo isto foi afinado com a Comissão Permanente, em particular - a Comissão Política também.

P: Isso quer dizer que se o candidato do PSD tivesse sido Marques Mendes, como queriam alguns dirigentes do PSD, vice-presidentes da Comissão Permanente e Comissão Política do PSD, o partido teria ganho na mesma as eleições? Foi só uma questão de a líder impor o seu candidato?

R: Isso não faço ideia. Não me compete a mim fazer esse juízo. Tivemos um bom resultado e esse é outro cenário sobre o qual temos de trabalhar, porque não é um cenário, é uma realidade.

P: Se diz que a vitória foi do PSD, significa que o PSD mereceria, fosse qual fosse o cabeça de lista?

R: Eu sou uma pessoa muito rigorosa e isto não são eleições unipessoais, é preciso nunca perder isso de vista. Agora, eu não enjeito um contributo positivo que dei, não sou masoquista ao ponto de achar que não dei um contributo positivo. O que eu acho é que a vitória é do Partido Social Democrata e, em particular, da estratégia definida pela sua presidente.

P: E esta vitória deve levar Manuela Ferreira Leite a preparar as próximas eleições numa perspectiva de inclusão? Já ouvimos Pacheco Pereira dizer que é altura de limpar o partido, para garantir que esta forma de fazer política é a vencedora, portanto, que há aí algum mérito também nisso. Por onde é que deve ir a direcção do PSD?

R: Eu acho que essa alternativa não se põe nesses termos: inclusão, exclusão.

P: A limpeza que propõe Pacheco Pereira implica uma exclusão de pessoas que estão no PSD.

R: Não sei bem como hei-de interpretar essas palavras, mas a interpretação que lhes dou é a de que, provavelmente, haverá circunstâncias em que haverá necessidade de fazer uma renovação, mais propriamente do que uma limpeza. Isso, acho que sim, acho que é importante, os partidos portugueses precisam de alguma renovação. Precisam que algumas gerações, que estão excluídas, ou que estão à margem, ou que estão muito sub-representadas na vida política, tenham expressão. Dou-lhe um exemplo muito simples: há hoje uma camada de pensadores e de activistas políticos, senão pelo menos activistas cívicos, na blogosfera, que estão com certeza com apetência e que já revelaram ter capacidade para serem rostos de uma alternativa política ao PS...

P: E não precisam de ser militantes do PSD?

R: Uns serão, outros não serão. Eu acho que não é indispensável que sejam. O PSD aí é que tem de ter a inclusividade, a capacidade de ir buscar pessoas que estão fora da órbita estritamente partidária e trazê-las para aquilo que é a sua força política global, para as suas margens políticas. Isso eu acho que é positivo. Por exemplo, acho que é importante hoje termos uma JSD amplamente renovada, com pessoas de excepção: lembro aqui não apenas o presidente, Pedro Rodrigues, mas, em particular, por exemplo, o Joaquim Biancard, que foi o nosso candidato às eleições europeias e que era o nono, enfim, por pouco não foi eleito, e que é um quadro político de primeira categoria que acho que ainda vai dar muito ao PSD. O mesmo acontece com António Leitão Amaro, que é o secretário-geral, ou com outros nomes.

P: Não há que ter medo, por serem nomes pouco conhecidos? O seu exemplo é um bom exemplo?

R: O meu exemplo também não era tão desconhecido, apesar de tudo.

P: Quando chegou já tinha sido secretário de Estado, mas não era uma figura pública, e hoje é com certeza, o País conhece-o.



R: Hoje sou, sem dúvida. Não tenho dúvidas sobre isso, para mal dos meus pecados. Porque isso nos retira alguma da privacidade e do espaço pessoal de vida que é sempre muito positivo. Mas o que digo é: há aqui nomes importantes, de novas gerações, há uma geração política, por exemplo, em que a dr.^a Manuela Ferreira Leite renovou muito, em que eu estou, mas está ainda, por exemplo, a Sofia Galvão, está o Paulo Mota Pinto. Nomes que são de uma geração abaixo de nomes já consagrados, como José Pedro Aguiar-Branco, ou como Rui Rio...

P: Mas indo directo ao assunto: o que fazer com aquela que também é uma geração, é a sua geração, como Pedro Passos Coelho e os seus apoiantes, ou Marques Mendes e os seus apoiantes? Devem ser chamados?

R: Acho que todos eles estão a colaborar com o partido. Eu, pelo menos, no grupo parlamentar, onde tenho as mais diversas sensibilidades representadas - essa, aliás, é uma justiça que tem de ser feita a Pedro Santana Lopes, que quando fez as listas para deputados fez listas muito plurais e nada sectárias - e eu tive que lidar com o grupo parlamentar nessas condições, o que foi uma riqueza profunda. Não senti nunca nenhum contravapor, senti sempre um grande contributo de toda a gente.

P: E o próximo grupo parlamentar deve ser assim também?

R: As pessoas valem por si. Repare, não queria estar aqui... só me faltava agora ser eu a pessoa que ia definir o perfil de quem devem ser os deputados...

P: É líder parlamentar, tem uma experiência, é ouvido por Manuela Ferreira Leite...

R: Posso dar uma opinião, sim. E com certeza serei chamado a dar uma opinião, pelo menos sobre a estratégia geral, não digo sobre as listas. E aí o que acho é que deve ser o valor pessoal de cada candidato que deve estar em peso, não deve ser tanto a sua visão sobre o partido, a sua colocação no partido, mas o seu trabalho pessoal. E aí há com certeza muita gente de muita qualidade que pode ser trazida para esta luta política.

P: Agora vai para Bruxelas e Estrasburgo. Vai dizer adeus à política interna?

R: Não, estar em Bruxelas e Estrasburgo não é dizer adeus à política interna.

P: Ao combate político, pelo menos, cá.

R: Não, acho que não. Acho que isso é uma coisa que, aliás, as pessoas não perceberam muito bem. Ou algumas pessoas, principalmente comentadores e observadores da política mais intervenientes, não perceberam: é que quando se diz que não se falou sobre europeias na campanha das europeias, isso é um erro crasso! Continua a ser um problema não se compreender o que é que são os temas europeus. Os temas europeus não são a metafísica do Tratado de Lisboa! O que não quer dizer que esse não seja um tema europeu, mas não se resumem, são questões nacionais que têm dimensão europeia. E agora isto vale também para a forma como se está na Europa, estamos a representar o interesse nacional, estamos no âmago, no centro da política nacional! Eu, naturalmente, não me demitirei nunca de uma intervenção política. E até de uma intervenção cívica especificamente pensada para o espaço nacional, isto é, para lá



daquela que seria sempre nacional, que teria de dar em Bruxelas ou em Estrasburgo, porque aí estaria a representar o interesse nacional. Sempre tive uma apetência pela intervenção cívica e sempre o fiz, mesmo antes de ser militante do PSD! Já escrevia em jornais, ou tinha espaços na rádio, até na televisão. Tive sempre essa apetência, vontade, e até um certo sentido de missão e de dever da intervenção pública e cívica. E agora com acrescidas responsabilidades não vou demitir-me de os exercer. Esses espaços mantê-los-ei ou, se não me forem dados, eu próprio os criarei, porque hoje, felizmente, os actores políticos têm essas condições, nomeadamente com os recursos que a Internet tem, para poder naturalmente intervir cívica e politicamente, e dar visibilidade ao trabalho político que estou a fazer em Bruxelas e que implica, naturalmente, opinar e pensar a política no País também.

P: Se o PSD vencer as eleições e Manuela Ferreira Leite o convidar para o Governo, regressa de imediato a Lisboa?

R: Sinceramente, essa é uma questão sobre a qual não tenho uma opinião formada. Eu tenderia a dizer que não, que a ideia será levar o mandato até ao fim.

P: Mas apenas por isso? Não é mais importante ser eurodeputado do que ser ministro de um governo de Manuela Ferreira Leite, presumo?

R: Acho que essa é uma questão de cenário, que só se deve pôr naquele momento e deve ser ponderada nesse momento. A minha posição de princípio é a de levar o meu mandato até ao fim e, portanto, é de dar prioridade àquele mandato para o qual fui eleito e no qual também houve algum peso pessoal. E isso ainda vincula mais ao uso e ao exercício do mandato. Agora é uma questão que só nas concretas circunstâncias é que nós podemos saber de que maneira devemos servir melhor o nosso país. Se essa questão se colocar, terei de a ponderar, e ponderarei. A minha posição de princípio é a de exercer o mandato e dar prioridade a isso sobre qualquer outro apelo.

P: Mas concorda que para os eleitores pode ser importante saber, em caso de vitória do PSD, quem pode formar esse governo? Não é ter um governo-sombra para o apresentar antes das eleições, mas perceber.

R: Isso é uma pergunta que tem de fazer à dr.^a Manuela Ferreira Leite, porque ela é que escolhe as pessoas. Não posso ser eu. Se ela optar por uma estratégia em que divulga qual é a sua equipa, aí isso terá de ser. Se optar por uma estratégia em que não divulga previamente, também a questão será diferente. Aqui é preciso perceber que é o primeiro-ministro que escolhe os ministros, não são os ministros que se escolhem a si próprios.

P: O PSD deixou já muito claro que ninguém pode ser candidato a eleições legislativas e autárquicas, ou europeias e depois autárquicas. Isto significa que, não havendo eleições para ministros, eles têm de ir buscar-se a algum lado, ou ao Parlamento Europeu, ou às empresas, ou às autarquias. Imagina um governo de Manuela Ferreira Leite sem Rui Rio, primeiro-vice-presidente do PSD?

R: Não sei, não faço ideia. Há um domínio - isso é uma tradição, aliás, constitucional portuguesa muito forte - que é de exclusiva reserva do Primeiro-Ministro. Tendo responsabilidades, como tenho, no PSD - nunca irei opinar sobre escolhas que são pessoais.

P: As eleições de dia 7 demonstraram uma grande dispersão de votos, os chamados pequenos partidos cresceram. Isso revela também uma grande dificuldade para formar governo, se estes resultados se repetissem nas legislativas. PS e PSD devem partir para a campanha deixando claro com quem é que se podem coligar em caso de não terem uma maioria absoluta?

R: Acho que essa clarificação, nomeadamente, o PS precisa de a fazer.

P: E o PSD, não? Porquê?

R: No caso do PSD, menos, penso que a coisa é mais clara.

P: Porque ela está clara, a coligação a fazer-se é com o CDS/PP?

R: Sim. Penso que esse é o cenário mais provável no caso de o PSD não ter uma maioria absoluta, como, enfim, eventualmente não terá, atento aqui algum realismo nestas circunstâncias actuais. Claro que esse é o caminho natural. Eu acho que o PS precisa de fazer uma grande clarificação e que, nomeadamente, este resultado obriga o PS a clarificar posições, porque é desde já evidente que a sua obsessão pela maioria absoluta ruiu por completo e não faz sentido nenhum deixar de dizer aos portugueses que está disponível para um governo com o Bloco de Esquerda ou com o PCP. Isso é muito importante.

P: O primeiro-ministro já deu a entender que não quer esse cenário, não quer pensar no cenário de não maioria absoluta, mas que prefere governar em minoria?

R: Não sei, porque acho que quando o primeiro-ministro diz isso, que pretende governar em minoria, vai ter de fazer acordos parlamentares com alguém. E é preciso saber com quem.

P: Que podem ser de geometria variável, como já governou António Guterres?

R: Se estiverem muito próximos da maioria absoluta, podem ser de geometria variável. Se não estiverem, não podem.

Ora, como não vão estar, é preciso encontrar parceiros mais fixos, mais regulares, se quiser assim.

P: O bloco central é um cenário muito menos provável hoje, depois das europeias, mas pode ser excluído em definitivo? Tendo em conta o País...

R: A minha posição - agora afirmo aqui uma posição pessoal - é ser contra o bloco central por princípio. Acho que é uma má solução, sempre foi a minha posição, a posição que defenderei nos órgãos próprios do partido, se alguma vez ela fosse equacionada, a não ser em circunstâncias absolutamente excepcionais.

P: E o País não está em circunstâncias excepcionais?

R: Neste momento, não está. Claro que se o PS avançar para o seu programa catastrófico das obras públicas, não sei se o País não vai entrar num estado de colapso e, aí, não precisará de um governo de salvação nacional.

P: Ainda em matéria de legislativas: as chamadas questões fracturantes, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a disponibilização das drogas leves, etc., são sempre temas em que a esquerda costuma pegar e o centro-direita prefere não os levar para a campanha. Acha que no momento em que está a sociedade portuguesa, que tem estado a ser surpreendida com debates parlamentares sobre esta matéria quando eles não são discutidos em campanha, que estes devam ser temas fortes para uma campanha eleitoral?

R: Acho que eles devem ser temas numa campanha eleitoral no sentido em que devem ser debatidos no espaço público. Agora compreendo que, numa altura de crise tão grave como é esta, os portugueses dêem prioridade a outros temas.

P: Os partidos devem seguir esse princípio?

R: Sim, e o PSD seguiu-lo-á com certeza. Embora tenha posição mais ou menos firmada sobre todos eles, seguirá com certeza um outro caminho, que é o de dar prioridade às questões que são prioritárias. E num momento de grave crise financeira, num momento de grave crise económica, em que os portugueses vivem o desemprego de uma forma aflitiva, vivem o emprego precário, em que as famílias e as empresas estão numa situação bastante difícil, não se compreende que se esteja agora a dar prioridade temática a questões que são menos relevantes para a actividade de qualquer Governo.

P: E os partidos devem ter uma posição sobre esta matéria, ou - como acontece na maior parte das vezes, há liberdade de voto - os partidos devem também deixar em campanha os seus candidatos discutir livremente estes temas?

R: Isso também depende um bocadinho das questões e do consenso que nos partidos se gera. Acho que é bom que os partidos tenham uma posição própria, que será a sua posição, mas é bom que aí, naturalmente, aos seus deputados, aos seus militantes e aos seus votantes, naquelas que são questões que têm essencialmente uma conotação moral ou ética, deixem liberdade de consciência. Isso acho que é importante. E isso pode fazer com que, em algumas circunstâncias, nem sequer sejam capazes de formular uma posição própria, compreendo isso perfeitamente. Nestes chamados moral issues, nas questões morais ou éticas, neste tipo de questões, porventura, tem de haver um espaço mais plural dentro dos partidos. É essa a prática, aliás, do PSD, nesse aspecto com grande vantagem sobre todos os outros, porque não impõe a ninguém... O Bloco de Esquerda e o PCP impõem uma disciplina, praticamente, sobre essa matéria, têm um pensamento único; o PS impõe a disciplina de voto, mesmo ao contrário daquilo que pensa, e o PSD, não, tem uma posição própria e depois dá liberdade de voto. Fê-lo sempre nas questões do divórcio, fê-lo na questão dos casamentos de pessoas do mesmo sexo, na questão da educação sexual, tem sempre dado liberdade de voto aos seus deputados e é assim que deve continuar. Aliás, esse foi um princípio que, como líder parlamentar, fiz questão que fosse uma marca. Porque é a tradição do PSD, essa



é que está bem. O que não significa que não tenha uma posição oficial! Tem uma posição oficial, mas depois, naturalmente, reflecte a pluralidade da própria sociedade.

P: Quanto às datas das eleições, o PSD estaria disponível para aceitar uma decisão do Presidente da República no sentido de as eleições serem no mesmo dia?

R: O PSD ainda não discutiu esta questão. Posso dar aqui um contributo, mas enfim, é apenas uma opinião, que até admito que conversando com outros, e convencendo-me... Aliás, já tenho conversado uma vez ou outra, mas lateralmente. Ainda não fizemos um colégio sobre esta matéria, porque também só o fazemos, segundo a nossa presidente já definiu há bastante tempo, quando fomos solicitados, quer pelo Governo quer depois pelo senhor Presidente, a tomar posição sobre essa matéria. Mas o que eu diria é o seguinte: a minha ideia é de que as autárquicas deviam ser antes das legislativas. Esta é a minha posição. Agora, a decisão soberana do Governo e do Presidente será respeitada.

P: Como o PS quer exactamente ao contrário, seria salomónico o Presidente da República marcá-las para o mesmo dia?

R: Isso sem dúvida. Mas deveríamos ter o dossier autárquico em primeiro lugar, e depois o dossier legislativo.

P: Nunca as eleições juntas?

R: Também não pertencço ao grupo daqueles que minorizam os portugueses a ponto de achar que eles ficariam muito atrapalhados por terem que votar em mais que, digamos assim, uma direcção, por terem as eleições municipais, ou autárquicas, melhor dito, e as eleições legislativas ao mesmo tempo. Julgo que há uma vantagem em arrumar primeiro as questões locais e depois ir à questão nacional.

P: Isso é o que pensa o PSD, não é só Paulo Rangel.

R: Não sei, porque ainda não tomámos uma posição oficial. É aquilo que penso e aquilo que sugerirei. Mas até admito mudar de posição se alguém me convencer, por razões estratégicas, e também porque em política elas contam por razões tácticas, que para o PSD é melhor de outra maneira e para o País também.

P: O Presidente da República voltou a vetar uma lei aprovada no Parlamento quase por unanimidade - houve apenas um voto contra, do socialista António José Seguro. Agora o financiamento dos partidos, há uns meses o Estatuto dos Açores, leis aprovadas com o apoio do PSD, que depois veio dizer que concorda com as razões invocadas por Cavaco Silva. O PSD andou distraído na elaboração e votação destes textos?

R: Não, são duas coisas diferentes, a dos Açores e a Lei do Financiamento. Na dos Açores é preciso ver o seguinte: o PSD teve sempre uma posição concordante com a do Presidente da República...

P: Mas votou, ao lado dos outros partidos, numa primeira fase, o Estatuto dos Açores? Ele foi aprovado por unanimidade.

R: Sim, exactamente. Votei. Mas queria dizer o seguinte: tenho até um artigo escrito a discordar do Presidente da República quanto àquela segunda questão. Quanto à primeira, que era no fundo a da eventual redução de poderes, aí é que nós sempre concordámos com o Presidente, sempre! O que acontece é que enquanto achámos que havia margem para isto ser alterado, fomos votando a favor do estatuto. Só quando se mostrou que já não havia mais nenhuma hipótese de alteração, ainda pela Assembleia da República, é que mudámos o sentido de voto. Na especialidade votámos sempre em conformidade com aquilo que defendia o Presidente, na generalidade fizemos uma observação geral do diploma, sempre com a esperança de que...

P: ...Pudesse ser alterado?

R: Exactamente. Porque havia possibilidade de que a Assembleia da República, numa segunda leitura, é assim que se chama ao procedimento pós-veto, pudesse alterar aqueles artigos. Portanto, não havia razões para estar a votar contra uma lei que ainda podia ser alterada.

P: Só para recordar: era um artigo em que o Presidente da República passava a estar obrigado a ouvir o Governo Regional dos Açores para o caso de dissolução.

R: Exactamente! Diga-se, aliás, de passagem: era uma coisa sem sentido nenhum! Isto é, é um disparate completo do ponto de vista constitucional a regra que está no Estatuto dos Açores e contra a qual nós fizemos um pedido de fiscalização da constitucionalidade sucessiva, que está para ser apreciado. Nós até pedimos urgência, ainda não temos notícia sobre se o pedido de urgência foi...



P: E na Lei do Financiamento?

R: A Lei do Financiamento é diferente, o que se passou foi o seguinte: houve uma negociação em que o PSD tinha posições, em vários aspectos, e naqueles que são essenciais, nomeadamente na questão do dinheiro vivo, muito próximas daquela que o senhor Presidente da República agora expressou no seu veto e que acabou por aceitar considerar que era importante haver um consenso unânime. E que havia uma questão que toda a gente conhece, que era a Festa do Avante!, do PCP, que não oferece problemas...

P: Havia e continua a haver.

R: Exactamente. Mas que não oferece problemas sob o ponto de vista da sua origem duvidosa, que merecia a pena ser integrada, até em obediência a um princípio para o qual continuo a chamar a atenção, apesar do veto do Presidente, que é o seguinte: no financiamento dos partidos mais vale uma lei flexível que seja cumprida do que uma lei muito rígida que depois ninguém cumpre. Este é um cânone muito importante.

P: A dr.^a Manuela Ferreira Leite predisps-se logo para as alterar?

R: Podia ter efeitos perversos, se elas fossem objecto de uma leitura disfuncional. E é isso que se passa neste momento.

P: Mas primeiro votaram-na.

R: Porque nós entendíamos que ela, para resolver uma questão que não dizia respeito ao PSD, que dizia respeito ao PCP, e que é uma questão que todos concordavam, vamos cá ver...

P: O Presidente da República não coloca só essas objecções, coloca também objecções ao aumento do financiamento privado sem diminuição do financiamento público...

R: Sim, pronto, que também é um princípio que não me parece errado. Aliás, já o disse até num debate com o António José Seguro, não é um princípio

que me pareça errado, parece-me um princípio certo, porque talvez aí possa haver um acerto, com certeza. Agora, há muitos aspectos da lei que são positivos, isto é preciso dizer. E é mau que os próximos actos eleitorais decorram sem o enquadramento desses princípios positivos, designadamente para as autárquicas.

P: Porque é que o PSD considera que o Governo não pode avançar com as grandes obras públicas por estar em final de mandato?

R: Porque, justamente, em final de mandato não faz sentido estar a fazer um conjunto de obras que prejudicam, precludem, condicionam de forma muito, muito forte, os mandatos de governos seguintes.

P: Mas a lei não define já quais são as circunstâncias, em Governo que está em gestão, em que pode tomar este tipo de decisões ou não?

R: Claro! Mas isto é tudo uma questão de bom senso, a política não é um espaço de insensatez. E não faz sentido nenhum que no final de mandato, no final da legislatura, o Governo tome decisões que condicionam por completo a capacidade de actuar dos governos seguintes. Isso é que acho que é inaceitável!

P: Mas sempre se tomaram, não foi agora.

R: Não, não estou de acordo com isso.

P: Condiciona-se, há adjudicações que foram feitas já por governos seguintes. Isso aconteceu já em governos anteriores.

R: Não estou a lembrar-me de nada, a não ser do Euro 2004, que tivesse uma envergadura tremenda sobre as finanças públicas do País desta dimensão. Estamos a falar de uma coisa que vai provocar um aumento do endividamento externo tal que nós podemos chegar a um ponto em que as exportações podem não ser suficientes para pagar os juros da vida externa. O que compromete o crescimento do País para sempre, que sob o ponto de vista do emprego vai revelar-se catastrófico, nomeadamente tendo em conta as soluções alternativas que haveria. Portanto, o que acho é que para além de isto ser objectivamente mau na conjuntura em que estamos - não estou a dizer que noutra conjuntura alguns desses investimentos não pudessem fazer sentido - nesta conjuntura em que estamos isto colocará... Aliás, de alguma maneira o Presidente da República chamou a atenção para que se considere muito bem o período pós-crise...

P: Já o fez por mais de uma vez.

R: É fundamental nesta altura mostrar que o Governo está a querer... porque, repare, depois o que isto significa é que, para reverter essas situações, o Governo que vier tem de pagar indemnizações principescas! Isto nem sequer é uma coisa séria, não estamos a falar de pequenas adjudicações, em governos de gestão, que mesmo assim estejam mal feitas, e essas são condenáveis. Não é disso que estamos a falar, nem de



governos de gestão, estamos a falar de macro decisões, com implicações enormes.

P: Acha, como Manuela Ferreira Leite, que José Sócrates não tirou a lição - e a propósito das obras públicas - a lição do caso Freeport?

R: Julguei que me ia perguntar se ele não tirou lições do caso Euro 2004, que ele é um dos responsáveis pelo Euro 2004 e pela situação em que hoje estão tantos estádios, enfim, um investimento megalómano que, no fundo, para Portugal pouco alavancou ou pouco trouxe. Depois, outra questão, que acho que vale a pena considerar, é a questão, no fundo, de saber, as decisões tomadas em final de mandato muitas vezes são decisões precipitadas.

P: É por isso que está aqui esta afirmação de Manuela Ferreira Leite, não é igual ao Euro 2004.

R: E aí, no fundo, seja qual for o desenlace desse caso, a verdade é que o primeiro-ministro sempre ficará prejudicado pela circunstância de ter tomado uma decisão à última da hora como ministro do Ambiente. E aí, à última da hora, porque foi mesmo, mesmo, antes de se ir embora. E, portanto, ficará sempre prejudicado. Tudo isto seria escusado se houvesse o bom princípio de não tomar essas decisões à última da hora. Ele nunca estaria sob suspeita e, portanto, nunca estaria nesta situação difícil, se o não tivesse feito.

P: O PSD suspeita de que no lançamento destas grandes obras públicas, como o TGV, o aeroporto ou auto-estradas, existam favorecimentos a empresas de construção próximas do PS?

R: Não, neste momento não é esse o nosso ponto. Neste momento, o nosso ponto tem muito a ver com a circunstância de estarmos no final da legislatura e de isso condicionar por completo a capacidade dos governos futuros e pôr em causa a sustentabilidade do País para as gerações futuras.

P: Manuela Ferreira Leite fez a ligação ao caso Freeport. Explicou-o numa entrevista à SIC, quando disse que José Sócrates não aprendeu com o caso Freeport. Por isso lhe pergunto se o PSD suspeita de alguma coisa.

R: Não, o que interessa é o seguinte: o primeiro-ministro não teria passado pelas provações por que tem passado, e que o próprio considera altamente injustas, se tivesse tido o bom princípio de não tomar decisões à última da hora.

É essa a pedagogia disto, a pedagogia dessa frase é claríssima! O não tomar decisões à última da hora é sempre um bom princípio...

P: Algumas das obras públicas já decididas, por mais de uma vez, foram decisões quer do PS quer do PSD. Como o TGV.

R: Desculpe, está enganado! É outro erro em que se cai, mas a comunicação social cola essas etiquetas e nós temos que ir atrás!

P: Não cola essas etiquetas, quando se faz cimeiras ibéricas acordando com o Governo espanhol o TGV, como fez o Governo de Durão Barroso, é assumir um compromisso.

R: São decisões de planeamento! É os sítios, os elos de ligação onde, um dia, fazendo o TGV... não são decisões de avançar com o TGV! Não houve um euro gasto com o TGV com os governos PSD. E veja quantos milhões já estão gastos com o PS.

P: Não é preciso falar com o Governo espanhol? Há um acordo feito por vários governos do PSD e do PS sobre o TGV. Os espanhóis estão a fazer TGV para chegar à fronteira portuguesa, eles vão parar ali? É preciso explicar aos espanhóis porque é que voltámos atrás e porque é que não há TGV a ligar Lisboa a Madrid.

R: É preciso conversar, naturalmente, com os espanhóis! Mas não temos de estar presos toda a vida aos espanhóis, é preciso conversar e para isso é que existe um Governo.

P: É fácil fazer esse acordo com os espanhóis, quando eles tiverem o TGV aqui à porta?

R: Não sei se é fácil, se é difícil. Agora, se nunca falar com os espanhóis, é que nunca vai saber se o consegue fazer ou não. E o que nós verificamos é que, neste momento, não há vontade nenhuma de o fazer, essa é que é a questão.

P: Falava há pouco do Presidente da República e dos recados, chamo-lhe assim, que ele já enviou a propósito desta matéria. Espera que o Presidente vete o decreto-lei que vai definir as bases de concessão do primeiro troço do TGV? Vai cair em cima, mesmo próximo, das eleições.

R: Tenho um princípio, que é o de nunca comentar as posições do Presidente da República enquanto tais. E muito menos fazer uma pressão...

P: Qual é o seu desejo?

R: O meu desejo é que o Governo, neste momento, suspenda tudo que tem a ver com o TGV. Portanto, não meto aqui o Presidente, gostava que fosse o Governo...

P: O presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, criticou os partidos por serem tão lentos a chegar a acordo sobre esta Lei do Financiamento e não se entenderem sobre a eleição do provedor de Justiça. Desta vez, não vão falhar?

R: Acho que aí há um erro e, com a mesma abertura com que sou um grande admirador do presidente Jaime Gama, tenho de o criticar neste ponto. Primeiro, porque ele sabe que a questão do financiamento não foi nada lesta, arrastou-se meses e meses. Porventura tanto ou mais... Quando cheguei a líder parlamentar já estava em discussão - é uma coisa mais atrasada. E, em segundo lugar, porque na questão do provedor de Justiça também o presidente da Assembleia da República tem as suas responsabilidades...

P: Chegou tarde, em sua opinião?

R: Ele é deputado, é um deputado com especiais responsabilidades, nas quais podia ter tido um papel mais activo. Acho que não devia pôr-se de fora, devia pôr-se dentro. Agora, quanto ao provedor de Justiça, a abertura do PSD é total, embora o PSD já tenha dito que para isso é preciso partirmos do zero. Se o PS insistir no dictate, na imposição unilateral em que o primeiro-ministro sempre tem insistido e que, nomeadamente, se traduziu num acto de grande gravidade. Ele é o grande responsável por não se ter chegado a um acordo...

P: Mas estão a conversar sobre a matéria ou não?

R: Sim, com certeza que estamos a conversar sobre a matéria no sentido de encontrar uma solução que dignifique...

P: Ainda nesta legislatura?

R: Eu acho que sim. Acho que isso era essencial. Aliás, está marcada a eleição para o dia 10 de Julho, a apresentação de candidaturas até ao dia 26 de Junho. É totalmente possível, pelo PSD, chegarmos a um acordo que dignifique a Assembleia e que, no fundo, ponha termo a uma situação lamentável.

P: Mas o PSD vai insistir na necessidade de ser o maior partido da oposição a indicar o nome?

R: O PSD nunca pôs as coisas bem nesse plano. Essa é uma história... O que o PSD não aceita é "diktats" unilaterais do senhor primeiro-ministro, imposições unilaterais do senhor primeiro-ministro, isso não aceitamos.

P: Pode ser de outro partido da oposição?

R: Pode ser uma pessoa de qualquer partido! Imposições, não aceitamos! -

(*) do «Diário de Notícias» ©





Eia! O PSD ganhou as eleições europeias...

J Pacheco Pereira (*)

E era impossível, não era? Foi mesmo verdade? Não foi o Bloco de Esquerda, o “grande ganhador”? Não foi o PP, que ganha as eleições sempre contra as sondagens, mesmo quando fica em último lugar, atrás do BE e do PCP? Não foi o PS que perdeu para todos, logo há um perdedor e nenhum verdadeiro vencedor?

Eia! “Cai na real”, como dizem os nossos amigos brasileiros: o PSD ganhou de facto as eleições por muito que isso seja surpresa, incomodação, espinho na garganta, sapo a engolir, pesadelo, coisa

empresa de sondagens a dizer que era impossível o PSD ganhar ao PS, porque o PS estava a lutar pelos 40% e o PSD pelos 30%, números que as suas sondagens reiteravam sucessivamente até ao dia das europeias.

Lembro-me dos jornais a colocarem a líder do PSD para baixo ao mais pequeno pretexto, porque cometia gaffes, não ia a comícios, não contratava agências de publicidade, não lia do teleponto e tinha “tabus”, ou seja, não dizia as coisas quando eles achavam que deviam ser ditas.

permanece muito difícil. A natureza da fragmentação do PSD, assente em interesses de poder interno, pouco reflecte a realidade nacional e pouco se move por ela. Para muitos profissionais do aparelho partidário, é mais importante manter o seu próprio poder interno do que ganhar as eleições ao PS e dar um novo governo ao país.

Vejo muita gente a tomar por adquirido que o “cheiro do poder” chega para “unir” o PSD. Terá sido assim no passado,



má. E ele há tanta maneira de diminuir o que aconteceu: ganhou, mas não ganhou. Teve um pobre resultado, teve poucos votos, “o pior resultado de sempre do PSD”, teve uma votação pouco diferente da de 2004, ou de Santana Lopes, ou sei lá o quê, mas a verdade é que se repete a dose, a miserável, paupérrima, “pior” dose, afasta Sócrates e o PS e pode governar. Ou seja, impossível não é?

Tanto texto em jornais, tanta afirmação em blogues, tanta arrogância, jactância, certeza, superioridade, tanta “análise” superficial, errada e de má-fé transformada pelo jornalismo de rebanho em verdade revelada, e no fim a “surpresa”.

Lembro-me de um “jornalista” que dizia que escolher Rangel era um “cartão amarelo” a Manuela Ferreira Leite, explicitando nessa asneira muito do que explicava o “passoscoelhismo” do Diário de Notícias, para quem este último é que era o verdadeiro líder do PSD e não essa mulher ultrapassada, que meia dúzia de votos tinham colocado à frente do PSD, impedindo a modernidade da “fenomenologia”, as fotografias de modelo no Facebook e as agências de comunicação de terem a sua votação “natural”.

Lembro-me de um jornalista comentador televisivo, tido como de direita, que sempre, sempre, desde que Santana Lopes deixou de ser líder parlamentar, dizia que o PSD (com Rangel) perdia os debates na Assembleia com Sócrates; dizia que cada entrevista com Sócrates era uma grande vitória, enquanto Manuela Ferreira Leite tinha que mudar tudo, “não tinha jeito” e era “mal aconselhada”.

Lembro-me de um dono de uma

Lembro-me do clamor quanto à escolha tardia do candidato, garantia da derrota, e outros clamores que, de novo, o jornalismo de rebanho tornava em evidências onde ninguém parava para pensar, escutar e olhar, só repetia.

Lembro-me de tanta lama, às vezes quase insulto, contra Manuela Ferreira Leite e mesmo contra Rangel, o que era pior que Marcelo (houve um abaixo-assinado de meia dúzia na Internet promovido a grande movimento pelo Diário de Notícias, lembrem-se...), que era pior que Marques Mendes, etc., etc., tanto atestado de incompetência, de “perdedor” absoluto, de incapacidade “mediática” que, a dois meses de eleições, colocar sequer a hipótese de vitória era considerado cegueira do pior.

O mais interessante era ver os que estavam completamente convencidos de que o PSD nunca ganharia as eleições, e desejando, por pura tática pessoal que as perdesse, a exigir que as ganhasse, num exercício de má-fé e hipocrisia que acabou por se tornar tão explícito como contraproducente.

O ambiente era tão hostil, tão hostil, que de facto deu à vitória um significado interior, para o Partido e para Portugal, muito difícil de tragar, quer pelos adversários internos de Manuela Ferreira Leite, quer para o PS de José Sócrates.

A vitória marca um antes e um depois, e isso mostra que já não se pode pensar as coisas como se pensavam antes; e muita tática, principalmente no PS e no interior do PSD, tornou-se poeira de um dia para o outro. Um milhão de eleitores conseguiram esse resultado e veio no momento certo.

O caminho agora está aberto, mas

não o é certamente no presente, onde é mais relevante controlar as listas de deputados e os equilíbrios de poder entre distritais e dirigentes que se comportam como caciques, do que mudar o país. O grau de degradação da vida interna dos partidos é tal que é mais importante manter os poderes que existem do que correr os riscos da mudança que podem desequilibrar o que foi laboriosamente adquirido.

Não tenho dúvidas de que, se não fosse esta vitória eleitoral, a margem de manobra de Manuela Ferreira Leite seria quase nula, e mesmo assim terá sempre mais dificuldades dentro do PSD do que fora, no país.

O que Manuela Ferreira Leite hoje precisa para competir de forma mais perfeita com o PS, é restituir a honra governativa perdida do PSD, um partido que deu ao país governos como os da AD e os de Cavaco Silva, mas que para muitos portugueses tem essa reputação manchada. Para isso, precisa da maior liberdade, porque tem autoridade política que veio de fora, do voto, e precisa de a usar rapidamente nas opções mais difíceis, antes que o tempo exerça a sua usura. Precisa de escolher listas de deputados qualificadas, constituindo equipas com gente velha e nova, mas que seja reconhecida pelo País, pelos grupos profissionais, pelas elites e pelo homem comum, pelos que precisam de melhor política, como dedicados, capazes, ímpecos e estando ali pelo interesse público.

Como o está Manuela Ferreira Leite, a quem ninguém pode acusar de usar a política para fazer uma carreira ou actuar por interesse próprio. Ela sabe o que

quer, tem neste momento um programa alternativo ao do PS, tem a legitimidade de uma vitória que muitos consideravam impossível; agora tem que usar a sua autoridade para fazer o que falta.

Muito trabalho tem vindo a ser feito com discrição para materializar um programa de governo e muita gente capaz pode ser mobilizada. Não é fácil, num momento em que o Governo e os seus aliados nos grandes interesses retaliem contra quem comete o crime de pensar que é preciso mudar. Mas é essa a competição que pode consolidar a mudança de Junho.

Há exactamente um ano, em 7 de Junho de 2008, tinha Manuela Ferreira Leite acabado de ganhar e antes da “crise”, escrevi no Público o seguinte:

«O eleitor de 2009 está assustado, triste com a sua vida, não acredita em quase nada, mas espera que alguma solidez, alguma seriedade, alguma credibilidade no governo, lhe permitam atravessar a crise sem grandes estragos, sem perder muito e talvez, talvez, passada a tempestade, possa de novo melhorar alguma coisa. É um programa mínimo para tempos difíceis, mas é um programa racional para os eleitores do ‘centro’, que é onde a maioria dos eleitores está. O eleitor de 2009 não vai votar em grandes questões programáticas, nem em listas de medidas por muito atractivas que elas sejam, nem em grandes rupturas.

«Só trocará o PS pelo PSD se perceber que ganha alguma coisa, mas fá-lo-á se a mudança lhe parecer poder ser feita com confiança e segurança. Se não for assim, em tempos de crise, vai sempre preferir o ‘diabo que conhece’. Nessa mudança, valorizará o que de mais raro existe na política, e procurará naturalmente o contrário do que já tem hoje, procurará mais sobriedade, mais solidez, menos espectáculo, menos mentiras, mais verdade. É isso que significa a credibilidade, palavra com muito mais conteúdo do que parece e que muda muito mais coisas do que se imagina, mas que tem o inconveniente de estar escassamente distribuída. Ou se tem ou não se tem. Vai querer gente muito sólida no governo, não vai querer nem demagogos, nem mentirosos.»

Um ano depois nada tenho a acrescentar. - (*) Professor universitário, escritor, comentarista



Quanto valem umas Eleições (Europeias)?

Ricardo Rio (*)

Ao longo dos últimos dias, os vinte e sete Estados-membros da União Europeia foram a votos para eleger os seus representantes no mais “democrático” e importante órgão da União: o Parlamento Europeu.

Só por si, este facto seria particularmente significativo no quadro do projecto da construção europeia, uma vez que este é o primeiro acto eleitoral em que participa um número tão significativo de Estados.

Todavia, nesta perspectiva mais europeísta, os eleitores voltaram a demonstrar de forma clara o seu desinteresse pelas matérias europeias e, sobretudo, pela capacidade de influenciarem órgãos decisores onde são continuamente discutidas normas e princípios que afectam de forma acentuada o seu quotidiano.

Os dados relativos à abstenção no conjunto dos Estados-membros, ainda que com divergências significativas de País para País, atestam que, em média, bem mais de metade dos eleitores optaram por não participar neste acto eleitoral.

E, de entre aqueles que optaram por exercer o seu direito de voto, quantos terão participado de forma claramente informada e conscientes das diferentes visões para o futuro da Europa representadas pelos diferentes partidos?

A este nível, olhando para o conjunto dos resultados nos principais Países da União, nem sequer se pode vislumbrar um voto global de rejeição pelas opções da política europeia ou pela (in)capacidade de resposta às sequelas da crise que afecta, como o demais mundo desenvolvido, a generalidade dos Estados-membros.

No espectro da União, vimos a forte penalização sofrida por Governos de esquerda em países como a Espanha, Portugal ou a Grã-Bretanha; verificámos uma situação idêntica, mas em sentido contrário, em alguns países nórdicos e



na Grécia; e constatámos o espírito de sobrevivência dos partidos de centro-direita que governam no Eixo da Europa Central: França-Itália-Alemanha.

Sarkozy, Merkel e o incomparável Berlusconi atestaram, pela diferença,

mais liberais conseguiram ultrapassar com algum conforto este teste eleitoral.

No seu conjunto, o PPE – Partido Popular Europeu surge como o vencedor incontestado das Eleições para o Parlamento Europeu, mantendo o Partido Socialista Europeu a larga distância e assegurando a recondução do (nosso) actual Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso.

Se estes resultados não funcionarem como especial incentivo para a mudança drástica de políticas por parte da União Europeia, a emergência de um número crescente de votantes nos países dos extremos do sistema político (quer à esquerda, quer à direita), associado aos níveis de

factores marcadamente ligados à política doméstica, expressando um claro repúdio à governação do Eng. José Sócrates e do Partido Socialista.

Se, como alguém dizia em tom humorístico, Vital Moreira “fez uma excelente campanha mas para outro Partido que não o PS”, tal a diferença de opiniões nas várias temáticas europeias e nacionais; se Paulo Rangel se assumiu como um extraordinário candidato; se o CDS sobreviveu à hecatombe anunciada e os partidos de esquerda continuaram a capitalizar o voto de protesto, o resultado das eleições está umbilicalmente ligado à reprovação pela conduta artificial, arrogante e incapaz do Governo do PS.

Daí que, não se podendo fazer uma extrapolação linear dos resultados das Europeias para qualquer dos outros actos eleitorais que vão ter lugar no último terço de 2009, a verdade é que este resultado parece sugerir que a disputa pela vitória nas legislativas está novamente em aberto e que, mesmo em caso de vitória, o PS jamais poderá aspirar à reedição da actual maioria absoluta.

Com total legitimidade no plano formal, este Governo é já um Governo de gestão sob o prisma da responsabilidade política, e está confrontado com uma situação em que pode ter por certo que, na melhor das hipóteses, terá que conciliar pontos de vista com outras forças partidárias a partir de Outubro.

Daí que, fosse tal princípio da responsabilidade política minimamente respeitado, o Governo em funções se deveria abster de tomar qualquer decisão com possíveis repercussões sobre os Executivos vindouros.

Mas, se até ao lavar dos cestos é vindima, a Governação pode ser, até às eleições, o “porto livre” de quem quer precaver-se para o naufrágio... - (*) Economista, vereador da Câmara de Braga, correspondente do PL



que o voto do eleitorado europeu não foi exclusivamente de repúdio aos Governos em funções.

De igual forma, apesar de situações díspares como as que antes enunciei, a verdade é que no actual contexto de contestação à globalização e à desregulamentação dos mercados, os partidos

abstenção e ao aumento do voto branco/nulo, deve fazer reflectir os responsáveis políticos dos diferentes Governos.

Em Portugal, como em vários outros Estados-membros e como sempre aconteceu nos anteriores actos eleitorais afins, o resultado da votação assenta em

Eleições europeias: oportunidade de corrigir um enorme erro e recuperar o tempo perdido

José Palma Rita (*)

Nos finais de 2004, na sequência da substituição de Durão Barroso por Santana Lopes na chefia do Governo, essa misteriosa e incompreendida personagem supostamente importante na construção de um país moderno que hoje (mal) vivemos, que é Jorge Sampaio, decidiu cometer um dos mais violentos, contra-productivos e incompreendidos actos políticos da nossa democracia. A levandade Jorge Sampaio, pouco digna de tão alto representante do Estado, acabaria

por acarretar a Portugal uma verdadeira calamidade, cujas consequências estamos hoje a pagar e, pior ainda, restarão avolumadas para os nossos filhos.

Bastaram poucos anos para confirmar o fiasco político de Jorge Sampaio e o mal que causou ao país, por ter pretendido deixar o PS no Governo a qualquer custo, sobrepondo os interesses partidários aos de Portugal. O país chegou no entanto rapidamente à conclusão que o homem dos Prada e dos fatos caros adquiridos

nas lojas da moda dos EUA poderia ser quanto muito um sofrível porteiro da Presidência do Conselho de Ministros, mas nunca um razoável Primeiro-Ministro. Os portugueses sentiram-se traídos pelo PS e disseram nas eleições europeias que não estão disponíveis para aguentar governantes bem vestidos frente ao teleponto mas ociosos, sem substância interior; ainda por cima arrogantes e prepotentes, fruto dessa falta de essência mínima que seria exigível e que conduz, pelo contrário, ao





medo da aproximação ao mais comum dos eleitores como nós.

Não é a primeira vez que o afirmo quanto aos membros deste Governo, a começar pelo Primeiro-Ministro e descendo por aí fora em toda a cadeia hierárquica da Administração Pública de confiança do actual Governo: a arrogância demonstrada ao longo deste últimos quatro anos significa, no mínimo, uma elevada dose de incompetência técnica e política, para além de uma enorme falta de carácter e de formação valorativa de base de quem no fundo tem medo de ser contestado, contrariado, de discutir e defender as suas (supostas) ideias e opções políticas. Simplesmente porque as mesmas não têm defesa, a não ser pela força do exercício da autoridade governativa, que mais cedo ou mais tarde, cai por terra, tal como aconteceu a todo o exercício abusivo de autoridade, não legitimada.

O primeiro erro do PS foi desde logo o de desvalorizar os resultados eleitorais europeus, por razão da elevada abstenção. Ora, não poderiam os socialistas encontrar mais medíocre argumento, porquanto, em 2009, votaram mais 153.570 eleitores no país, ou seja, mais 5% que em 2004, devido ao crescimento verificado no volume de eleitores recenseados, em consequência de actualização deste registo.

É bem verdade que o número de eleitores cresceu 10%, mais que o volume de participação eleitoral, mas também é verdade que o PS perdeu mais de 570.000 votos, ou seja, quase 40% dos votos que tinha obtido nas últimas eleições europeias. Em contrapartida, o PSD e o PP, que nas últimas eleições tinham concorrido em coligação, cresceram quase mais 300.000 votos, correspondendo a mais 26% de votação que em 2004.

Pode o PS tentar desvalorizar o que quiser, mas trata-se de um derrota e um cartão bem laranja ao Governo do PS, mais ainda porque a escolha dos cabeças de lista às eleições europeias foi de Sócrates e de Manuela Ferreira Leite, tendo o Primeiro-ministro estado envolvido de corpo e alma na campanha eleitoral e dando a cara em nome do Governo nestas eleições. Neste sentido, a derrota do PS é a do Governo e do PM Sócrates.

Ao nível distrital de Évora, o resultado não foi muito diferente, tendo em conta que o PSD conseguiu superar em 2009 os votos que tinha obtido em 2004 num cenário em que o número de votantes foi de 39.06% contra 39.25% em 2004 mas com mais 2.647 eleitores inscritos (+2%). O PSD e o PP subiram, em conjunto, no distrito de Évora, cerca de 30% em relação à votação que tinham obtido em 2004, enquanto o PS perdeu mais de 10.000 votos, decrescendo cerca de 40% na sua votação.

Tais resultados, não podem ser desvalorizados, por várias razões. A primeira, desde logo pelo facto de que, sendo verdade que a CDU foi a vencedora das eleições no distrito de Évora, a verdade é que a mesma apenas cresceu 12% na sua votação, correspondente a 1.845 votos. Isto apesar de a CDU deter no distrito de Évora quase tantas autarquias locais como o PS, o que nos leva a uma questão fulcral à luz da qual os resultados eleitorais devem ser lidos.



O sinal mais importante que as eleições autárquicas vieram dar e transmitir às forças políticas nacionais, regionais e locais é que está em marcha o início do fim de um ciclo político que foi um verdadeiro erro e se traduziu num fiasco, tanto no Governo da nação, como nas autarquias locais. Se o primeiro-ministro se envolveu na campanha eleitoral e perdeu as eleições de forma tão expressiva e se os autarcas do PS se envolveram igualmente na mesma e obtiveram tão expressiva derrota (veja-se o exemplo do concelho de Évora que tanto pesa na lista de candidatos do PS e onde o mesmo perdeu 45%

de votos, ou seja, quase metade dos votos obtidos nas últimas eleições europeias), tal só pode significar que esses actores políticos perderam a confiança do eleitorado que antes neles confiou.

Quando a relação de confiança entre eleitos e eleitores é quebrada, como agora parece ter acontecido com o PS, torna-se difícil a sua recuperação num curto espaço de tempo até aos próximos actos eleitorais. O PSD sabe-o bem.

Por outro lado, os autarcas da CDU, dominando no distrito de Évora quase tantas autarquias locais como o PS, não conseguiram capitalizar suficientemente

o descontentamento da governação do PS e a desilusão eleitoral em seu benefício e, também os autarcas da CDU andaram na rua em campanha eleitoral. O PSD andou menos pelo distrito de Évora que o PS e a CDU nestas eleições, por não ter a mesma implantação autárquica que aquelas duas forças, mas, o resultado obtido é bem superior, sendo exemplificativos os resultados eleitorais no concelho de Évora.

Tal só pode significar, a meu ver, que o capital político acumulado pelos protagonistas locais e regionais do PSD ao longo destes 4 anos germinou uma relação de respeito por parte do eleitorado dos concelhos e do distrito de Évora que cresceu para uma plataforma de confiança, resultado da seriedade, da responsabilidade, da verdade e do espírito de verdadeiro serviço público que os mesmos protagonistas souberam emprestar a essa missão.

Se o resultado das eleições europeias for o prenúncio de que uma mudança de paradigma e de ciclo político está em curso com tradução nos próximos actos eleitorais, bem podemos assegurar, por parte do PSD, que estamos preparados para receber esse depósito de confiança política, assegurando o compromisso de total respeito face à vontade de dar ao PSD a justa oportunidade de alternativa à governação séria e responsável deste país e à gestão local empenhada e desinteressada das autarquias locais no distrito de Évora. - Presidente da CPS/Évora, correspondente especial do PL, JPRita@Gmail.com

«Lido & anotado», esta semana:

1 - A dimensão do desemprego: critério ou realidade? Em inquérito, 680 mil pessoas declaram estar desempregadas (*)

O conceito de “desemprego” dos portugueses não coincide com o que é usado pelo INE. Dados oficiais apontam para meio milhão de desempregados, mas são 680 mil os que garantem estar nessa situação. Muitos estão classificados como inactivos.

Os dados oficiais apontam para a existência de cerca de 500 mil de-sempregados, mas o número é bastante mais alto se tivermos em conta a resposta directa dos portugueses. No primeiro trimestre deste ano, 680,4 mil pessoas declararam ao Instituto Nacional de Estatística (INE) estar desempregadas, mostram dados solicitados pelo DN.

A que se deve a discrepância? Possivelmente a diferentes conceitos de desemprego.

Para apurar o número oficial de desempregados - 495,8 mil pessoas no primeiro trimestre - o INE, que segue critérios europeus, não se baseia na resposta directa dos portugueses. Só classifica como desempregado o indivíduo que cumpre simultaneamente três condições: não realizou nenhum tipo de trabalho, ainda que de uma hora, remunerado ou não; procurou activamente emprego; e está imediatamente disponível para trabalhar. Quando a pessoa não cumpre algum destes critérios, deixa de ser considerada

desempregada.

Depois, e ainda no mesmo inquérito ao emprego, o INE pergunta directamente às pessoas como classificam a sua situação. Desempregado, estudante, reformado ou doméstico são algumas das opções. 680,4 mil disseram estar desempregados. O que teria implícita uma taxa de desemprego de 12,2%, em vez dos 8,9% anunciados.

A diferença entre os números oficialmente reconhecidos e as respostas directas tem sido relativamente constante, mas situa-se agora nos 184 mil indivíduos, o valor mais elevado desde, pelo menos, o início de 2006.

Um quarto das pessoas que se vêem como desempregadas (169 mil) foram classificadas pelo INE como inactivas. Poderão estar nesta situação os desempregados em programas de ocupação e formação do Estado. E que estarão, por isso, menos disponíveis para trabalhar ou procurar emprego.

Esta é uma das principais apostas do programa desenhado pelo Governo para minimizar os efeitos da recessão. No primeiro trimestre deste ano, passaram por programas de formação 50 mil pessoas sem emprego, num aumento de 31% em relação ao ano passado. Já o conjunto de diferentes programas de ocupação geridos

pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) absorveu, no mesmo período, 95 mil pessoas.

A avaliar pelo registo histórico das respostas dos portugueses, o número de desempregados aumentou de forma expressiva, mas não tanto: o crescimento homólogo terá sido de 14%, contra os 16% assumidos pelo INE.

O caso muda de figura se em vez disso for destacada a variação absoluta: de acordo com as respostas dos portugueses, a recessão gerou mais 82 mil desempregados num ano, contra os 69 mil oficialmente reconhecidos.

- Catarina Almeida Pereira, in “D.N.”©

2 - Dívida sem aval ...

«O Governo tem um programa de grandes obras públicas que inclui o novo aeroporto de Lisboa, o TGV e um conjunto de novas auto-estradas. Deste conjunto de auto-estradas já foram adjudicadas seis subconcessões



rodoviárias, num investimento de cerca de três mil milhões de euros. Há ainda duas subconcessões, as auto-estradas do Centro e pinhal interior, que ainda não foram adjudicadas. Trata-se de um investimento de mil milhões de euros em cada um dos casos. Os encargos vão onerar os portugueses nos próximos trinta anos.

«Uma obra desta dimensão requer um consenso mínimo da sociedade portuguesa. Por esta razão óbvia: esta opção condiciona de modo decisivo a liberdade da próxima geração de gerir os seus destinos, pois limita muito significativamente os meios financeiros de que ela poderá dispor. Dito sem rodeios, uma dívida desta dimensão exige um aval claro do povo português, e o Governo quer avançar sem esse aval.

«Com efeito, o resultado das eleições europeias foi claro. O PSD venceu e o povo português sufragou maioritariamente as suas propostas, que associavam intimamente os assuntos europeus e nacionais. A principal proposta do PSD neste sector das grandes obras públicas foi precisamente a de pôr cobro a um programa sobredimensionado de grandes obras públicas, cujo retorno económico é incerto e cujos encargos desmesurados são certos.

«Este assunto foi tema da campanha. Os candidatos pronunciaram-se sobre ele repetidamente. Os cartazes do PS nas ruas falavam até de um “direito ao TGV”. Por isso, não é legítimo dizer agora que o assunto não foi submetido ao sufrágio do povo. Ao contrário, este assunto estava em cima da mesa e o povo português pronunciou-se no sentido da rejeição das propostas do Governo.

«É claro que o povo português não pode ficar refém desta má opção do Governo. Se nas eleições legislativas o povo português confiar maioritariamente o seu voto no PSD, o novo Governo pode resolver os contratos entretanto celebrados, invocando para o efeito razões de interesse público e pagando ao co-contratante uma justa indemnização. A indemnização a que o co-contratante tem direito corresponde aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos. Por isso, a indemnização seria sempre elevadíssima, a que acresceria o dano colateral grave para a imagem do Estado português como parceiro de negócios desta dimensão.

«O respeito pela vontade de povo português impõe, pois, que o Governo retroceda no seu propósito de avançar com novos contratos de adjudicação de obras até ao termo da legislatura e, designadamente, que pare o processo de contratação para as novas subconcessões das auto-estradas do centro e Pinhal interior. Se der luz verde para os novos contratos, o governo está a contrair mais uma dívida brutal para todos nós e para os nossos filhos. Sem o aval do povo português».

- Paulo Pinto de Albuquerque

Notícias de Aveiro

Percursos com História nas comemorações de “Aveiro 2009”

A Câmara Municipal de Aveiro informa que os “Percursos com História” serão retomada no dia 11 de Julho tendo como orientadora a historiadora Ana Paula Abrantes com a temática “A cidade contemporânea (séculos XIX-XX)”.

“Percursos com História” insere-se nas “Comemorações Aveiro 2009” e no “Plano de Formação 2009” do Museu da Cidade de Aveiro. Destinada ao público em geral, a acção tem inscrições abertas no Museu da Cidade de Aveiro, sito na Rua João Mendonça, 9-11, 3800-200 Aveiro, através do telefone 234 406 485, ou fax 234 406 307, e-mail museucidade@cm-aveiro.pt.

Através da abordagem a três diferentes temas, “Percursos com História” iniciou com “A Vila de Aveiro (até ao século XVIII)” no dia 14 de Fevereiro, tendo-se seguido outra sessão no dia 9 de Maio, prevendo-se que continue a 12 de Setembro. “A cidade emergente (século XVII)” foi outro tema a abordar a 14 de Março, continuando a 10 de Outubro. Por fim, “A cidade contemporânea (séculos XIX-XX)” foi o assunto afluído no dia 18 de Abril, seguindo-se a 11 de Julho e 14 de Novembro.

“Percursos com História” é uma iniciativa que decorre até Novembro, que consiste em percursos temáticos orientados por especialistas em História, Urbanismo e Arquitectura em que se explora a percepção da comunidade numa perspectiva dinâmica e evolutiva como forma privilegiada de compreender a construção da paisagem histórica de Aveiro. Esta acção dá vida ao conceito de museu polinucleado que tem na cidade continuidade do próprio espólio museológico do Museu da Cidade de Aveiro. - Gab. Imp., Carla Silva



Notícias de Braga

Ricardo Rio prossegue visitas a colectividades locais



Visita ao Soarense Futebol Clube, em S. Vicente

A Coligação “Juntos por Braga” visitou ontem, em S. Vicente, o Soarense FC, Instituição emblemática desta Freguesia.

Ricardo Rio, candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga, acompanhado pelo candidato da Coligação à Junta de Freguesia de S. Vicente, Jorge Pires, e outros membros da lista candidata à Assembleia de Freguesia de S. Vicente, fez questão de continuar o périplo pelas instituições do Concelho, que tem permitido o contacto com Instituições de relevo de todos os campos de intervenção

da Sociedade Bracarense, em todas as Freguesias do Concelho.

Direcção do Soarense FC recebeu os Autarcas com carinho e simpatia.

No decurso desta visita, foram circunstanciadamente expostas as dificuldades financeiras e de infra-estruturas, infelizmente já habituais no desporto concelhio, mas recorrentemente supridas com a dedicação e “carolice” dos Directores.

No caso do Soarense, uma das grandes preocupações, aliás, está relacionada com a falta de espaço e também com as precárias condições da sua Sede situada nas Palhotas (Av. Artur Soares), de igual

forma que se aguarda com expectativa o desenlace das negociações que vão estabelecer as condições de utilização do “Parque Desportivo de S. Vicente”.

Presentemente, o grande enfoque da sua actividade prende-se com o Atletismo (na categoria de veteranos) e com a equipa de Futebol Sénior.

Apostada na revitalização e no crescimento do Soarense, clube com mais de 80 anos de existência, a respectiva Direcção confessou que necessita de muito apoio por parte da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Braga, estando consciente de que se esse apoio não for concedido, o Soarense não poderá prosseguir com o trabalho que vem desenvolvendo em prol do desporto local.

Constituindo a falta de verbas uma das principais limitações dos Clubes regionais, os representantes da Coligação “Juntos por Braga” manifestaram-se fortemente sensibilizados para a ajuda na resolução desses problemas, nomeadamente os relacionados com as infra-estruturas e equipamentos ao dispor do Clube e da Comunidade.

Jorge Pires elogiou o dinamismo exemplar desta Associação Desportiva, manifestando um voto de reconhecimento pelo trabalho prestado à Comunidade Vicentina. Ricardo Rio, por sua vez,



desportivas amadoras do Concelho.

Ricardo Rio e a Candidata à Junta de Freguesia da Sé assistiram às Marchas de St.º António

Numa verdadeira noite de Verão, Ricardo Rio assistiu, Sexta-feira, às Marchas de Santo António promovidas pela Associação “Os Bravos da Boa Luz” na companhia da candidata à Junta de Freguesia da Sé, Lucinda Monteiro.

Acompanhado ainda pelos Presidentes das Comissões Políticas do PSD, João Granja, e da JSD, Hugo Soares, e por uma animada e vasta comitiva daquela organização de juventude, o candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga percorreu as ruas da cidade, assistindo ao desfile da marcha em vários pontos de actuação. Foram muitos os transeuntes que se abeiraram de Ricardo Rio com votos de confiança e congratulação, apelando à sua intervenção nos mais diversos domínios.

Os Bravos da Boa Luz

As festas de Sto. António são uma organização da Associação “Os Bravos da Boa Luz” que assim desenvolve um trabalho extremamente meritório no ressuscitar de tradições bracarenses, na sua divulgação e promoção.

Desta feita, a Marcha de Sto. António foi o ponto mais alto das comemorações. Com cerca de 50 figurantes, muitos adereços, cor e alegria, a Associação “Os Bravos da Boa Luz” animou a cidade perante o olhar atento de milhares de Bracarenses.

Em conversa com alguns membros da Direcção daquela Associação, Ricardo Rio renovou a sua aposta num Associativismo sem amarras, cabendo à Câmara Municipal proporcionar as melhores condições ao seu crescimento.

O líder da Coligação “Juntos por Braga” aproveitou, ainda, a ocasião para deixar palavras de estímulo aos “Bravos da Boa Luz”, comprometendo-se a colaborar para que iniciativas como aquela nunca deixem de se realizar.

Ricardo Rio enaltece respeito pelas tradições e cultura popular

Se, para muitos, pode até ser surpreendente a realização de Festas de Santo António no Concelho de Braga, o líder da Coligação felicitou todos quantos contribuíram para a preservação desta tradição.

Mais, tomando como pano de fundo o início das festividades de S. João, Ricardo Rio exortou os Bracarenses a participarem activamente nos diferentes momentos das festas populares do Concelho.

“Vivemos hoje numa Sociedade

que cultiva a política do “pão e circo”, e não podemos aceitar que a diversão pela diversão sirva para ocultar os graves problemas com que se deparam tantas e tantas famílias Bracarenses”, disse.

“Todavia, como Comunidade, não podemos também permitir que os preocupantes problemas sociais tolham a devida evocação das nossas tradições e o respeito pela nossa cultura, pelo que devemos pugnar para que as Festas de S. João sejam cada vez mais atractivas mas, também, cada vez mais solidárias”, concluiu.

“Desta vez não vai dar hipóteses!”

Ricardo Rio viu-se sempre rodeado de populares que queriam trocar impressões com o candidato à Presidência da Câmara Municipal. Entre os habituais “Força!” e “Parabéns”, duas das expressões mais repetidas na boca dos populares foram “Conte comigo! Desta vez voto em si” e “Dr., desta vez não vai dar hipóteses!”. Com simpatia, Ricardo Rio foi distribuindo cumprimentos e trocando impressões com os diversos populares sobre as mais diversas matérias.

A noite terminou com Ricardo Rio a aceitar o desafio de uma das mais conhecidas figurantes da marcha para dar um pé de dança, já como Presidente da Câmara, nas Marchas de 2010. - Gab. Imp. “Juntos por Braga”

Notícias de Figueira de Castelo Rodrigo

António Edmundo anunciou recandidatura à Câmara Municipal em dia de inauguração da sede concelhia do PSD

A Comissão Política do Partido Social-Democrata de Figueira de Castelo Rodrigo inaugurou no passado Sábado, dia 30 de Maio, a sua nova sede concelhia. A cerimónia de inauguração contou com a presença de centenas de militantes e simpatizantes do Partido.

No discurso de inauguração, António Edmundo anunciou publicamente a sua recandidatura à Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, nas próximas eleições autárquicas.

“Estou disponível para assumir renovadas responsabilidades, pois o meu projecto político para o Concelho não se esgota em quatro breves anos” referiu o autarca.

“Foram lançados grandes investimentos, acções e eventos de qualidade que têm de se afirmar para dar corpo à estratégia que se pretende desenvolver”

“Trabalhou-se com afinco e dedicação, mas ainda há muito para fazer em prol do desenvolvimento do Concelho”, e ciente disso António Edmundo voltou a prometer “quatro anos de muito trabalho”

Para Carlos Condesso, Presidente da Comissão Política, “esta recandidatura, agora tornada pública a todos os figueirenses, era inevitável e deixa todos muito satisfeitos”, porque Figueira “precisa de um Presidente como o António Edmundo, uma pessoa dinâmica, um autarca de referência, um homem conhecedor dos trâmites autárquicos como ninguém, um homem com obra feita e que está à vista de todos, um lutador pelas causas dos figueirenses e alguém que sente o seu concelho”.

O autarca social-democrata concorre assim ao seu segundo mandato.

António Edmundo é natural e residente em Figueira de Castelo Rodrigo e é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1989/1994). Frequentou os cursos de Mestrado em Sociedades e Políticas Europeias no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

– Lisboa (1995) e o curso de Mestrado em Economia e Políticas Autárquicas na UBI (2004).





Da Comissão Política Distrital: PSD venceu claramente e o PS parece em queda livre...

A Comissão Política do PSD/Algarve partilha o sentimento do início de um processo de libertação nacional que a derrota do Partido Socialista nas eleições europeias representa. E, obviamente, felicita o cabeça de lista do PSD, Paulo Rangel, por ter sabido devolver ao Partido Social-Democrata um papel de liderança política, reposicionando-se como a única alternativa séria ao governo de José Sócrates.

Ao nível dos resultados do Algarve, as conclusões são simples: o PSD venceu as eleições, teve muito mais votos e maior percentagem eleitoral, com 27,39%, e subiu claramente a sua votação, na comparação dos resultados de 2009 com os de 2004.

O PSD venceu em 11 dos 16 municípios do Algarve, facto que nunca tinha acontecido no passado. Em 2004 o PS tinha vencido em todos os municípios. Em 2009, o PSD venceu as eleições europeias em Albufeira, Alcoutim, Castro Marim, Faro, Lagoa, Loulé, Monchique, Olhão, Silves, Tavira e Vila Real de Santo António.

Há 17 anos que o PSD não vencia uma eleição nacional no Algarve (desde a segunda maioria absoluta de Cavaco Silva), mas encaramo-la com humildade democrática e disponibilidade para continuar a trabalhar em defesa dos interesses do Algarve, que passam por repetir esta vontade de mudança nas próximas eleições legislativas, e pela confirmação da liderança do PSD no poder local.

O PS teve uma derrota estrondosa no Algarve, passando de 49,34% para 24,98% da votação, perdendo 44% dos votos obtidos há 5 anos, o que é um claro cartão vermelho à política do governo na região do Algarve, à quase ausência de investimento público e à falência das suas políticas de emprego.

O PSD/Algarve cumpriu a missão



que lhe foi confiada, e os resultados são uma justa recompensa para o trabalho dos seus militantes, dirigentes, apoiantes e do seu candidato Mendes Bota que, mesmo em lugar inelegível, não se poupou a esforços para mobilizar a base eleitoral do PSD. - CPD/Faro

Macário Correia apresenta propostas nas áreas da Educação e Acção Social e do Ambiente

Numa iniciativa da candidatura “Refazer de Faro uma Capital” e das Mulheres Social-Democratas de Faro, realizou-se o V colóquio do ciclo “Pensar Faro”, subordinado à Educação e Acção Social no concelho. Apresentando um conjunto de propostas para resolução dos grandes problemas que subsistem nestas áreas, Macário Correia ouviu ainda as intervenções de figuras reconhecidas e de prestígio inatacável na gestão destas matérias, como o são o Prof. Rogério Bacalhau Coelho; o Provedor da St.^a Casa

da Misericórdia de Faro, José Ricardo Candeias Neto e ainda o Dr. Carlos Andrade, presidente da Fundação António Silva Leal e ex-vice presidente da Câmara Municipal de Faro com responsabilidades nestes pelouros.

Adaptação do parque escolar existente, acção social nas áreas de protecção da infância, juventude, adultos e idosos em situação de risco ou de desintegração e exclusão social, mobilidade e acessibilidades para população deficiente e famílias em situação vulnerável, foram alguns dos temas abordados pelos palestrantes convidados. De resto, moderados pelo Dr. Luís Villas-Boas, todos deixaram evidente a sua insatisfação com o baixo ritmo com que a autarquia vem resolvendo as situações mais gritantes, em muitos casos, indignas de uma cidade que se diz capital de distrito.

Sete propostas para mitigar problemas indignos de uma Capital Regional

No final, Macário Correia lançou um conjunto de sete propostas para Faro, a integrar numa estratégia global para todo o Concelho:

1 – Acabar com os regimes duplos nas escolas do Ensino Básico. É uma promessa de 2005 não cumprida, mesmo com as verbas contratualizadas provenientes dos fundos europeus. Faro é o único concelho do Algarve que não tem um calendário definido para atingir o objectivo de possuir uma sala para cada turma. Connosco, a resolução deste problema passará a merecer toda a prioridade.

2 – Aumentar a taxa de cobertura nos infantários e no Pré-Escolar. Centenas de famílias não têm onde colocar os seus filhos, por falta de lugares disponíveis. Mesmo com o esforço desenvolvido pelas IPSS's do concelho, ao concorrerem ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), ainda

falta muita obra. A Câmara prometeu ser célere nos procedimentos administrativos e ser colaborante no esforço financeiro. Todavia, esta promessa não está a ser cumprida. Assim, registam-se casos de suspensão de obras e observa-se o não pagamento das verbas protocoladas. Urge resolver estas duas situações, pois são necessários mais estabelecimentos de apoio à infância. A nosso ver, a Câmara deve ainda apoiar as IPSS's nas candidaturas ao Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), entre outros, para que se atinjam taxas de cobertura muito superiores.

3 – Requalificação global do equipamento educativo. As condições de diversos edifícios escolares, merece-nos a maior atenção. Falta qualidade no equipamento e faltam ofertas educativas. A autarquia deve promover a criação de espaços desportivos nas escolas, deve instituir escolas fixas de trânsito, centros de educação ambiental, espaços internet e outras valências paralelas.

4 – Política social que priorize o problema da habitação para famílias carenciadas. Neste mandato, foram concretizados apenas 144 fogos. Faltam 2 mil fogos para acabar com a situação degradante de muitas famílias em zonas como a Horta da Areia, o Cerro do Bruxo, Lejana, Braciais, em S. Luís e noutras. Faro Capital tem que conseguir erradicar estes focos de pobreza e exclusão social, privilegiando a integração em diversas áreas da cidade e nunca numa lógica de grande concentração de fogos sociais no mesmo local.

5 – Apoio a Idosos. Faltam centros de dia, centros de convívio e lares. As listas de espera são enormes. Há, pois, que ter a ousadia de diligenciar no sentido da criação de novos edifícios de apoio aos nossos idosos.

6 – Mobilidade e acessibilidades para cidadãos com necessidades especiais. Faro carece de muitas obras no espaço público e de uma fiscalização competente das obras particulares. Faro necessita de um plano de mobilidade no centro urbano e nas zonas rurais que trate de identificar e preveja a eliminação das centenas de barreiras arquitectónicas.

7 – A Câmara Municipal tem que ser a entidade catalisadora de comissões e conselhos consultivos para as políticas sociais. Em áreas como a educação, juventude, protecção de crianças e jovens em risco não podemos tolerar as tibiezas e hesitações deste executivo municipal. É inadmissível que em Faro não funcionem as comissões para a juventude, mobilidade e segurança rodoviária previstas na Lei.

Resta acrescentar que o quinto colóquio do ciclo Pensar Faro registou mais uma “casa cheia”, confirmando o



sucesso destas iniciativas preparatórias do programa de trabalho, a apresentar em breve aos municípios.

No «Dia Mundial do Ambiente»

No passado dia mundial do Ambiente a candidatura “Refazer de Faro uma Capital” apresentou um plano de acção com vista à melhoria do ambiente e a sustentabilidade do desenvolvimento do Concelho.

Em Conferência de Imprensa, no Hotel Faro, Macário Correia deixou dez propostas de trabalho, simples, objectivas e de grande alcance na melhoria ambiental e da qualidade de vida das populações. Cinco delas são para levar por diante, a breve prazo:

1. Pacto dos Autarcas: Trabalhar para a adesão ao Pacto dos Autarcas, preparando um plano de acção liderado pelo Município, mas envolvendo escolas, empresas e cidadãos em novos comportamentos com vista à redução das emissões de GEE (Gases com Efeito de Estufa), ao aumento da eficiência energética e à produção acrescida de energia através de fontes renováveis. O exemplo tem que começar pelos edifícios e viaturas municipais.

Os telhados verdes nas piscinas, pavilhões, escolas e grandes edifícios municipais têm que ser um objectivo estratégico, com a instalação de equipamentos de captação de energia solar para a sua transformação em calor e electricidade.

Defendemos a gestão ecológica, mais racional e económica da frota municipal, com a introdução do sistema de localização (GPS) e de combustíveis com percentagens crescentes de origem renovável. Progressivamente, adoptaremos soluções de veículos híbridos e mesmo totalmente eléctricos como é o caso de motociclos com funções diversas.

2. Águas e Esgotos: Aumentar as redes de abastecimento de água e de tratamento de esgotos em todo o concelho. Faro, estando no litoral e sendo a capital administrativa do Algarve, tem dos piores níveis de atendimento em saneamento básico.

Na periferia da cidade, ao longo da EN125, em diversas localidades da Campina de Faro, ou nas aldeias das encostas do barrocal, vive-se uma carência elementar, sem água nem esgotos. Mais acima, os municípios com território na Serra do Caldeirão, já resolveram em grande medida este problema.

A FAGAR tem que ter um plano de trabalho muito ambicioso no próximo mandato autárquico, revolucionando e ampliando as redes em todo o território do concelho. Ainda existem 10.000 habitantes sem água canalizada e cerca de 15.000 sem tratamento de esgotos.

3. Parque Ribeirinho: Acabemos com a vergonha. Onde deveria estar um dos principais parques de lazer e recreio ambiental da cidade existe lixo e sucata. O estado de abandono é deplorável. Ainda que a grande obra de fundo seja para realizar ao longo dos próximos 2/3 anos, pode-se logo a partir de Outubro deste ano, fazer o trabalho básico de limpeza, iluminação e criação segura do corredor pedonável e ciclável até à praia, na (ilha) península de Ancão.

4. Recuperação de óleos alimentares usados: Introdução na cidade e nas al-



deias do concelho de óleos, recipientes de recolha de óleos alimentares usados, evitando a poluição gerada pelo seu incorrecto destino final e promovendo a sua recuperação para produção de biodiesel, com mais-valias ambientais, energéticas e económicas. Tal desiderato atinge-se por acordo com empresas privadas da região licenciadas nestas operações, às quais a Câmara deve dar todo o apoio.

5. Criação de um canil / gatil: Nos termos da lei e do bom senso, quanto à protecção dos animais, todos os municípios deveriam ter instalações para acolher animais abandonados ou doentes, contribuindo para a saúde pública e para o bem-estar animal.

Faro, ao contrário de outros municípios, não dispõe de serviços e instalações públicas que dêem uma resposta efectiva à situação crítica e insalubre destes animais domésticos, que nos deveriam merecer todo o respeito. Daremos rapidamente início a esse processo.

Macário deixou ainda mais 5 propos-

tas, de implementação a médio prazo:

6. Operacionalizar a Ecovia Regional: A Ecovia entre VRSA e Sagres é um dos projectos ambientais mais emblemáticos para o Algarve. É urgente criar condições para que a sua passagem na zona urbana de Faro se faça em segurança e atractividade de modo a ultrapassar as tristemente célebres “linhas azuis”. Uma das soluções, até por motivos económicos, será a sua coincidência física com o percurso da Frente Ribeirinha.

7. Ciclovias no interior da cidade: Para melhorar a qualidade do ar e tornar a cidade mais amiga dos cidadãos, o trânsito automóvel deve ser reduzido o mais possível numa progressão cada vez maior, à medida que nos aproximamos do centro da cidade. Para que isso seja possível, é necessário aumentar o número e capacidade dos parques de estacionamento nas entradas da cidade, melhorar a regularidade, rapidez e abrangência dos transportes públicos e incentivar o uso de bicicletas através da criação de ciclovias

entre as zonas de maior circulação da cidade.

8. Mais Espaços Verdes: Faro é uma cidade com enormes carências em termos de espaços verdes. A oferta é muito reduzida com a Alameda, de dimensão reduzida, a Mata do Liceu, votada ao abandono e o Pontal, sujeito que está a pressões imobiliárias e a projectos mirabolantes. É necessário plantar mais árvores ao longo das ruas e criar pequenos espaços verdes em áreas abandonadas da cidade.

9. Sociedade de Reabilitação Urbana: Muitas das casas antigas, que são um representativas da riqueza e variedade da nossa história, estão ao abandono entrando rapidamente em estado de ruína, tornando-se assim num péssimo cartão de visita da nossa cidade. Outras são recuperadas à revelia de critérios que preservem a utilização dos materiais, os métodos de construção tradicionais e as opções estéticas e arquitectónicas de cada época. É urgente a criação duma Sociedade de Reabilitação Urbana que enfrente e resolva esta questão possibilitando ao mesmo tempo a revitalização e animação do ambiente da zona histórica da cidade.

10. Linha Férrea: A linha férrea representa o maior obstáculo ao usufruto da riqueza ambiental da Ria Formosa pelos farenses. Deverá ser estabelecido um acordo com a CP e o Governo de modo a que, no mais curto período de tempo possível, seja retirado o troço Pontes de Marchil/Rio Seco, seja efectuada a Variante Ferroviária Norte e construída a Estação Intermodal. A actual estação poderá ser reconvertida em Centro de Interpretação, Posto de Turismo ou Museu dos Caminhos-de-Ferro.

Em prol de um ambiente melhor, as propostas estão feitas. Têm a palavra os farenses. -

Fonte: Gab. Imp. Candidatura M^o. Cor^a.

Notícias do Alto Minho

PSD Volta às vitórias, PS perde claramente

A Comissão Política Distrital de Viana do Castelo do Partido Social Democrata, depois de uma ponderada análise dos resultados das eleições para o Parlamento Europeu, decidiu tornar público o seguinte:

1. Congratular-se com o civismo e a elevação democrática com que decorreu o período da campanha e o acto eleitoral. Mais uma vez, os cidadãos do Distrito de Viana do Castelo manifestaram a sua maturidade política e souberam interpretar os desafios que actualmente se colocam a todos os portugueses e europeus, exprimindo a sua vontade de mudança, de uma forma clara e expressiva;

2. Felicitar todos os cidadãos do Distrito, nomeadamente os que depositaram a sua confiança no projecto social-democrata. A vitória expressiva obtida pelo PSD, com 38,4% dos votos expressos (7 pontos acima da média Nacional) contra 25,7 do Partido Socialista (1 ponto abaixo da média nacional), constitui um resultado histórico que mostra, da forma inequívoca, como o povo deseja a mudança, não se deixando intimidar com atitudes arbitrarias e actuações marcadas pela perseguição e pelas represálias;

3. Sublinhar o facto de o PSD no Alto Minho ter vencido em Todos os Concelhos e ter alcançado o quinto melhor resultado a nível nacional nos Distritos para o PSD, o que vem comprovar a força e a vitalidade que o Partido está a manifestar em todo o Distrito;

4. Felicitar o Cabeça de Lista Paulo Rangel, por ter sabido devolver ao Partido um papel de liderança política, alternativa ao Governo de José Sócrates;

5. Saudar os dois candidatos do Distrito de Viana do Castelo, Manuel Trigueiro e Marília Nunes, pelo contributo e empenho que tiveram em todo este processo eleitoral, bem como a eleição de José Manuel Fernandes, um eurodeputado que está empenhado em dar voz ao Minho no Parlamento Europeu;

Reafirmar o sentido de responsabilidade do Partido Social Democrata no Distrito de Viana do Castelo. Os resultados alcançados nestas eleições constituem mais um desafio que saberemos honrar, prosseguindo o nosso trabalho, com seriedade e com rigor, para continuarmos a merecer a confiança das pessoas e a dar uma resposta adequada ao desejo de mudança que se faz sentir no País e também no Alto Minho. - CP/PSD-Viana do Castelo



Notícias dos Açores

Berta Cabral considera a vitória nas Europeias indicador da “vontade de mudança do povo açoriano”

A líder do PSD/Açores considerou que a vitória do partido nas eleições europeias na Região representa a “vontade de mudança do povo açoriano”.

“Esta nossa vitória e este resultado exprimem bem a vontade de mudança do povo açoriano. E nós não o vamos defraudar”, afirmou Berta Cabral, no discurso de vitória.

A líder social-democrata garantiu que o partido “vai continuar a trabalhar para, numa política de proximidade e indo ao encontro de todos os açorianos, podermos ter um novo ciclo para o PSD”, rumo à vitória nas eleições legislativas regionais de 2012.

Para Berta Cabral, os resultados eleitorais constituem uma “derrota do PS, a nível nacional e regional, e dos seus respectivos líderes, Sócrates e César”.

A presidente do PSD/Açores salientou, também, que a vitória representa uma “maior responsabilidade” para o partido, devendo este “corresponder à confiança” demonstrada pelo eleitorado açoriano.

A líder social-democrata agradeceu, ainda, ao euro-deputado Duarte Freitas, que agora cessa funções.

“Foi o primeiro a pôr interesse dos Açores à frente do seu próprio interesse”, referiu.

Já a candidata do PSD/Açores, Maria do Céu Patrão Neves, que foi eleita para representar a Região no Parlamento Europeu, destacou o “apoio da juventude” à sua campanha, que culminou com “este momento de vitória para o PSD e para os Açores”.

A candidata eleita dos sociais-democratas açorianos comprometeu-se a trabalhar em “grande proximidade” com as populações, de modo a “construir uma energia conjunta que faça valer os interesses dos Açores no Parlamento Europeu”.

O PSD/Açores venceu as eleições



europeias na Região com 40,07 por cento dos votos, tendo sido o partido mais votado em oito das nove ilhas do arquipélago.

Maria do Céu Patrão Neves quer região “na vanguarda” da produção de conhecimento

A deputada pelo PSD/Açores ao parlamento europeu considerou que a região está actualmente “a ombrear com os melhores da Europa ao nível da investigação científica, área onde não se verifica uma situação de ultra-periferia”, sendo que “é preciso passar aos açorianos esse espírito de uma dimensão para além da geográfica em sectores onde a dedicação e o conhecimento têm permitido avanços científicos de grande valor e reconhecidos internacionalmente”, afirmou Maria do Céu Patrão Neves.

Depois de, durante a manhã, ter estado na Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo”, a candidata falou quando da visita às instalações do Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular

(SEEBMO) do Hospital de Angra, onde especificou que “na área da investigação e na aplicação de novas e sofisticadas tecnologias, somos efectivamente capazes de potenciar a aplicação prática da ciência, neste caso no domínio oncológico, em prol do bem estar das populações, e nos Açores isso tem sido visível”, realçou.

Abrindo a outros sectores as suas acções de campanha nos últimos dias, a candidata entende que “há questões complementares à agricultura e às pescas, em termos de actividades fulcrais para os Açores, daí que me tenha debruçado sobre o ambiente e a energia durante a manhã de ontem, abordando as novas oportunidades para a juventude durante a tarde, para hoje a produção de conhecimento, a ciência e a inovação tecnológica serem o mote das visitas, esta manhã a uma escola profissional, onde dei uma aula, e de tarde a uma estrutura de grande valor científico ao nível da investigação”, explicou.

Para Maria do Céu Patrão Neves, “temos de dar cartas em duas grandes áreas, as ciências biológicas e as ciências sociais e humanas, isto em termos de rentabilização económica e conforme destaquei no meu manifesto eleitoral”, pelo que, “nas ciências sociais e humanas, será aprofundando os traços da nossa cultura que também poderemos marcar a nossa diferença em relação aos demais”, enquanto no campo das ciências biológicas “já verificamos que somos capazes de competir com os outros e mesmo de os ultrapassar”, concluiu

PSD reclama “pelo menos uma aeronave da SATA” estacionada nas Lajes

O PSD/Açores considerou ser “imprescindível para a ilha Terceira” que

fique estacionada em permanência “na placa da aerogare das Lajes” pelo menos uma das aeronaves da SATA, “uma realidade que os terceirenses estão a ver fugir para São Miguel, tal como já viram sair daqui uma série de serviços e competências institucionais”.

As declarações foram feitas pelo parlamentar social-democrata António Ventura, após uma reunião que os deputados laranja eleitos pela Terceira mantiveram com a direcção da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo (CCAH), e na qual confirmaram que “tal como o conselho de ilha, mediante proposta do PSD, aprovou por unanimidade, a permanência de um avião na Terceira é fundamental para o nosso desenvolvimento e valorização enquanto porta comercial e de transportes”, disse.

“A ilha Terceira está a ficar mais pobre em termos institucionais, de há dez anos a esta parte e devido a decisões tomadas sobre critérios meramente demográficos”, disse o deputado, acrescentando que “essa situação atinge o seu cúmulo quando a nossa única certeza firme em valência económica e social está em vias de desaparecer se, efectivamente, deixarmos de ter uma aeronave da SATA estacionada em permanência nas Lajes”, explicou.

Para os social-democratas “foram ultrapassados os limites da valorização de diversas áreas na Terceira”, sendo prova disso “o facto de que, até à data, o governo nada ter respondido à decisão emanada pelo conselho de ilha”, mesmo se “em termos climáticos ou até em situações de catástrofe natural, está mais do que confirmada a coerência de haver pelo menos um avião em permanência na Terceira”, adiantou o deputado.

Da reunião com a CCAH saíram ainda outras conclusões, mormente “relacionadas com a crise económica em curso e com as repercussões que a mesma está a ter no tecido empresarial da Terceira”, para além de se terem confirmado “algumas queixas dos empresários e empregadores, relativamente ao longo tempo de espera a que iniciativas, que visem minimizar a actual situação, são sujeitas pelas entidades governamentais, que se desdobram em anúncios, fazendo do show-off um princípio usual”, disse António Ventura.

“Há um conjunto de iniciativas oficiais que, pura e simplesmente, não tem tido procura por parte dos empresários dada a sua escassa utilidade prática”, nomeadamente acções ligadas “à reestruturação financeira ou à formação profissional, cuja adequação à nossa realidade actual está longe de acontecer”, concluiu.

- Gab. Imp. PSD/Açores



Com pedido de publicação, recebemos
do Secretariado da UGT, a seguinte

RESOLUÇÃO

1. UM DESEMPREGO INSUSTENTÁVEL

O número de desempregados continua a aumentar a um ritmo muito elevado e atinge níveis insustentáveis.

As medidas de combate à crise tem-se revelado insuficientes para travar o aumento do desemprego, apesar de algumas delas começarem a produzir efeitos significativos.

O Secretariado Nacional da UGT reclama, em especial:

- Uma maior divulgação das medidas junto às empresas e aos trabalhadores, com envolvimento directo dos Sindicatos e das Associações Empresariais;
- O reforço da intervenção do IEFP junto aos desempregados e no acompanhamento das empresas em dificuldades;
- A discussão das dificuldades de aplicação com os parceiros sociais, tendo em vista a necessidade de introduzir alterações, particularmente no acesso ao lay-off com formação;
- O reforço do diálogo social em todas as empresas, particularmente nas abrangidas pelas medidas de apoio à manutenção dos postos de trabalho;
- A discussão do reforço das medidas, em especial no apoio aos desempregados, tendo em especial presentes as propostas apresentadas pela UGT.

2. O REFORÇO DA NEGOCIAÇÃO COLECTIVA

Em muitos sectores e empresas a negociação colectiva tem decorrido normalmente, tendo sido celebradas até 30/04/09, um total de 68 convenções colectivas (com igual número em 2008), abrangendo um total de 625.403 (contra 348.017 em 2008), com aumentos salariais médios de 2.4%.

Todavia, persistem dificuldades sérias de negociação em múltiplas negociações, com recusas por parte de muitas empresas e associações empresariais no desenvolvimento de um processo negocial normal.

O Secretariado Nacional da UGT exige, nomeadamente:

- O desenvolvimento da negociação colectiva, de modo a proceder à revisão normal dos contratos;
- Uma intervenção determinada do Ministério do Trabalho que evite bloqueamentos negociais;
- O recurso à arbitragem obrigatória nos casos em que persistam bloqueamentos prolongados ou má fé negocial, como é o caso da Hospitalização Privada.

3. O COMBATE À PRECARIIDADE E À ILEGALIDADE

Tem-se verificado um aumento acentuado do trabalho independente, que indicia claramente o recurso abusivo aos recibos verdes.

Por outro lado aumenta significativamente o desemprego dos trabalhadores contratados a prazo, que são os primeiros a sofrer a redução de efectivos por via da não renovação dos contratos a prazo.

Em consequência, tem aumentado o número de trabalhadores sem direito a protecção no desemprego.

A UGT exige:

- O reforço da intervenção da ACT sendo urgente que, além dos 150 inspectores que agora entram em formação, sejam rapidamente reforçados os quadros técnicos e administrativos;
- O reforço do apoio dos Centros de Emprego aos desempregados, o que exige não só o aumento do número dos técnicos de emprego, como o acesso a mais medidas de formação que permitam a melhoria das qualificações e também o preenchimento de condições para acesso à protecção no desemprego;
- O lançamento de programas particularmente orientados para os jovens sem protecção no desemprego, com envolvimento em especial das autarquias locais.

4. A REVISÃO DA LEGISLAÇÃO LABORAL

Encontram-se actualmente em discussão pública propostas de lei particularmente importantes para os trabalhadores, nomeadamente:

- Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social;
- Código de Processo do Trabalho;
- Regulamentação do Código do Trabalho;
- Regime Jurídico do Processo das Contra-Ordenações Laborais e de Segurança Social;
- Regulamentação do Regime Jurídico da Prevenção da Segurança e da Saúde no Trabalho.

A discussão em CPCS foi claramente insuficiente, sendo importante que a Assembleia da República possa introduzir alterações significativas.

O Secretariado Nacional da UGT decide:

- Convocar um Plenário de Sindicatos para preparação dos pareceres da UGT;
- Solicitar uma reunião à Comissão de Trabalho da Assembleia da República.

5. DEFENDER OS TRABALHADORES IMIGRANTES

Os trabalhadores imigrantes têm sido particularmente atingidos pelo aumento do desemprego, devido à crise que afecta os sectores em que estão concentrados, como é o caso da construção civil, e ao menor nível médio de qualificações profissionais.

Acresce que estes trabalhadores têm sido vítimas da exploração de empresários sem escrúpulos que recorrem a imigrantes ilegais e dificultam o processo de legalização.

O Secretariado Nacional da UGT exige:

- A aceleração do processo de legalização, não sujeito a quaisquer limitações quantitativas;
- Uma actuação reforçada da ACT junto aos empresários que exploram mão-de-obra ilegal, com criação de condições para a legalização dos que se encontram em condições para o fazer, mas que se confrontam com dificuldades para apresentar os respectivos contratos;
- A simplificação dos procedimentos administrativos, incluindo os casos de reagrupamento familiar;
- O reforço dos programas de combate à pobreza e à exclusão e ao racismo e xenofobia.

6. DEFENDER A EUROPA SOCIAL

Os trabalhadores europeus manifestaram-se em Madrid, Bruxelas, Berlim e Praga, Luxemburgo e Birmingham, em defesa da Europa Social e reclamando um combate determinado à crise por parte da União Europeia e dos Governos Nacionais.

Cerca de 350.000 trabalhadores, tomaram parte nestas manifestações, sendo de salientar a Manifestação de Madrid de 14 de Maio, em que a UGT esteve fortemente empenhada.

Sindicalistas da UGT de todo o País reclamaram medidas para vencer a crise, defender um emprego de qualidade e o combate à precariedade.

O Secretariado Nacional da UGT:

- Saúda os Sindicatos e sindicalistas que se mobilizaram para estas manifestações em defesa do Emprego e do modelo social europeu;
- Aprova um Manifesto para as próximas eleições europeias;
- Apela a uma grande participação nas eleições europeias de 7 de Junho, combatendo a abstenção e reforçando assim a legitimidade dos eleitos para o Parlamento Europeu, sede do poder democrático dos cidadãos europeus. - Secretariado da UGT, / pedido de divulgação



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça – feira até 12h00

Para: Fax: 21- 3973168

Email: convocatorias@psd.pt



ALFENA / NÚCLEO RECTIFICAÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Alfena, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 29 de Junho de 2009, (segunda-feira) pelas 20H30 no Centro Cultural de Alfena, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Apresentação e votação da proposta da Comissão Política do Núcleo de Alfena para a candidatura à Assembleia de Freguesia de Alfena

BATALHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Batalha para reunir, no próximo dia 19 de Junho de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 no Auditório da Junta de Freguesia da Batalha, sito no Edifício da Junta, Rua Infante D. Henrique, n° 432, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Eleições 2009
- 2 – Outros assuntos de interesse

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Espinho, para reunir no próximo dia 3 de Julho de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Espinho, sita no Largo dos Combatentes, em Espinho, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Autárquicas 2009 - No cumprimento do estipulado no artigo 50º, n° 2 alínea f), dos estatutos do Partido Social Democrata

2 - Análise da situação política.

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portalegre, para reunir no próximo dia 26 de Junho de 2009, (sexta-feira) pelas 20h30 na sede distrital, sita no Largo 28 de Janeiro n° 10, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação político partidária
- 3 – Outros assuntos

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Portalegre, para reunir no próximo dia 10 de Julho de 2009, (sexta-feira) pelas 20h30 na sede distrital, sita no Largo 28 de Janeiro n° 10, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Análise dos resultados das Eleições Europeias
- 3 – Preparação das Autárquicas e Legislativas 2009
- 4 - Análise da situação político partidária

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Sever do Vouga, para reunir, no próximo dia 18 de Junho de 2009, (quinta-feira) pelas 19h00 na sede concelhia, sita na Rua do Casal, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Analisar a situação político-partidária e pronunciar-se quanto à estratégia política a desenvolver na Secção, relativamente aos procedimentos a adoptar na escolha dos candidatos às eleições autárquicas de 2009.

VILA NOVA DA BARQUINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova da Barquinha para reunir, no próximo dia 03 de Julho de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Vasco da Gama n° 6, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único: Análise da Situação Política

MOSCAVIDE

Rectificação da convocatória publicada a 20.05.09

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Moscavide, para reunir extraordinariamente, no próximo dia 30 de Junho de 2009, (terça-feira) pelas 19h00 na Sede sita na Rua Maria do Rosário Patacão, n° 4 r/c Dtº., com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

NOTA:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, (27 de Junho) a sede estará aberta entre as 21h00 e as 24h00.

- As urnas estão abertas entre as 19h30 e as 23h30.